



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

KAMILA THARRANY AGUIAR DE ARAUJO

**PROTEÇÃO À IMAGEM DA MULHER NOS CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA
A HONRA: UM ESTUDO DOS PROJETOS DE LEI QUE VISAM CRIMINALIZAR A
CONDUTA CONHECIDA COMO PORNOGRAFIA DE REVANCHE**

BRASÍLIA

2015

KAMILLA THARRANY AGUIAR DE ARAUJO

**PROTEÇÃO À IMAGEM DA MULHER NOS CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA
A HONRA: UM ESTUDO DOS PROJETOS DE LEI QUE VISAM CRIMINALIZAR A
CONDUTA CONHECIDA COMO PORNOGRAFIA DE REVANCHE**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito
do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Orientador: Prof. Msc. Georges M. Frederico
Seigneur.

BRASÍLIA

2015

KAMILLA THARRANY AGUIAR DE ARAUJO

**PROTEÇÃO À IMAGEM DA MULHER FRENTE AOS CRIMES CIBERNÉTICOS
CONTRA A HONRA: UM ESTUDO DOS PROJETOS DE LEI QUE VISAM
CRIMINALIZAR A CONDUTA CONHECIDA COMO PORNOGRAFIA DE
REVANCHE**

Monografia apresentada como requisito para a
conclusão do curso de bacharelado em Direito
do Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Brasília, de de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Georges Frederico M. Seigneur
Orientador

Examinador I

Examinador II

BRASÍLIA

2015

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Sérgio Luiz de Araujo, que é, e sempre será, o meu herói. Pelo seu amor incondicional, paciência, amizade, carinho, por me motivar, abraçar comigo os meus sonhos, ser o meu grande exemplo e pelo bom humor com que enfrenta os desafios diários e faz a nossa vida mais leve. Te amo!

À minha mãe, Eliane Aguiar de Araujo que é a fortaleza da minha família e meu maior exemplo de amor e dedicação. Por todos os momentos que comemorou comigo ou me acolheu, por me incentivar a lutar pelos meus sonhos quando em seus braços chorei por angústia ou cansaço da caminhada, por cuidar de mim com o mesmo afinho de quando cabia em seu colo. Te amo!

À minha irmã, Giovanna Lissa Aguiar de Araujo, que é a alegria da minha vida, o meu melhor presente e minha melhor amiga. Pelo seu carinho, companheirismo, bom humor, cumplicidade e paciência em todos os momentos. Te amo!

À minha avó, Eliocy Aguiar da Silva, por ser fonte de força e coragem. Mulher que me inspira a lutar por uma sociedade mais justa e menos machista. Eu te amo e te admiro imensamente!

À todas as mulheres e meninas que um dia tiveram a sua intimidade exposta por alguém em quem confiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À Deus, Senhor e Salvador da minha vida. Porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Aos meus pais, Sérgio Luiz de Araujo e Eliane Aguiar de Araujo, por me dedicarem todo o amor, me transmitirem valores e me proporcionarem a realização deste sonho.

Ao meu docinho e alegria, Giovanna Lissa, por se orgulhar de mim e ser minha primeira grande amiga. Você é o meu maior presente. Te amo!

Ao professor Georges por aceitar a orientação deste trabalho e conduzir sua execução com grande maestria.

À querida professora e amiga, Gina Vieira Ponte, pelas preciosas sugestões de revisão deste trabalho.

À querida amiga Anna Beatriz Sena, pela ajuda de última hora e pela amizade de sempre. Linda!

Aos amigos, pelo carinho, estímulo, por compartilharem momentos únicos e enriquecedores comigo e por abraçarem essa causa.

“Quem não quer aplicar novos remédios deve esperar novos males”.

(Francis Bacon)

RESUMO

O presente estudo monográfico trata da criação de um aparato legal específico que vise proteger a imagem da mulher diante da exposição indevida da intimidade nos meios cibernéticos. Com o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, registram-se inúmeros casos em que maridos, namorados e ex-namorados divulgam material com conteúdo ofensivo às mulheres, em retaliação a desentendimentos no relacionamento. O presente estudo teve por objetivo principal analisar a pertinência e a relevância de um aparato legal específico que promova a punição mais eficaz das ações que atentem contra a privacidade, a honra, a imagem e a intimidade da mulher no contexto virtual. Nesse sentido, discute-se a pertinência de dois projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional. Busca ainda analisar as implicações e repercussões que a exposição indevida causa à vítima. Para a realização da pesquisa, houve a participação de três pessoas, sendo um juiz da vara de violência doméstica do Núcleo Bandeirante – DF, a Delegada Chefe da Delegacia de Atendimento a Mulher do Distrito Federal – DEAM e uma mulher vítima de exposição de conteúdo íntimo na internet. Seguindo os pressupostos da metodologia qualitativa, adotou-se como instrumentos o questionário aberto, a entrevista semiestruturada e a observação. Os resultados alcançados apontaram que o dispositivo legal mais pertinente à criminalização da violência virtual contra a mulher é aquele em que um tipo penal é acrescido ao Código Penal, não à Lei Maria da Penha. Aponta ainda, para a existência de várias barreiras à investigação e a punição dos agressores nesse tipo de violência, bem como se eventuais falhas nesse sistema influenciam, significativamente, na impunidade.

Palavras-chave: Crimes contra a honra. Internet. Lei Maria da Penha. Privacidade. Proteção dos direitos da personalidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 DIREITO A HONRA, A IMAGEM, A PRIVACIDADE E A IMAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS	11
1.1 O princípio da dignidade da pessoa humana	11
1.2 O Direito à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem na Constituição de 1988	12
<i>1.2.1 O direito à privacidade e à intimidade.</i>	13
<i>1.2.2 O direito à imagem e à honra.</i>	15
1.3. A responsabilidade civil na lesão contra a honra e a imagem	18
<i>1.3.1 Do dano moral e material: conceitos e aplicação do instituto</i>	19
<i>1.3.2 Responsabilidade civil na internet</i>	21
1.4 Aspectos jurídicos da internet	24
2. ASPECTOS PENAIIS	27
2.1 As diferenças de gênero e a legislação brasileira	27
2.2 A Lei Maria da Penha: objetivo, objeto, contexto e formas de violência contra a mulher	30
<i>2.2.1 A aplicação da lei 9.099/95 aos casos da Lei Maria da Penha</i>	35
2.3 O Marco Civil da Internet – Análise dos pontos relevantes da Lei nº 12.965/2014	39
2.4 Dos crimes contra a honra: considerações gerais, bem jurídico protegido e tipicidade da conduta	42
3 PROTEÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NOS CRIMES CIBERNÉTICOS	46
3.1 Violência contra a mulher no contexto virtual	46
3.2 Projetos de lei que visam proteger a imagem e intimidade na internet	51
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	59
ANEXO A	66
ANEXO B	67
ANEXO C	70
ANEXO D	74

INTRODUÇÃO

Infelizmente a violência contra a mulher é uma tradição na história do Brasil. Em recente pesquisa realizada em 2009 pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – aponta-se que no Brasil, a cada hora e meia, uma mulher é morta pelo simples fato de ser mulher. Isso corresponde a 472 mulheres ao mês e 6.664 mulheres no ano¹. De acordo com dados coletados pela Organização das Nações Unidas – ONU, em média “70% das mulheres sofrem algum tipo de violência no decorrer de sua vida”.²

Diante do avanço tecnológico na área de novas tecnologias da informação e da comunicação, atos de violência passaram a se efetivar também no âmbito virtual com a divulgação de fotos, imagens, vídeos e textos que atentam contra a honra, a imagem, a privacidade e a integridade da mulher. Apostando na impunidade, inúmeros agressores inundam as redes sociais com este tipo de conteúdo, com a intenção de agredir, expor, vilipendiar, vituperar e difamar suas vítimas.

As implicações desse tipo de violência parecem ser mais sérias dadas as questões como: o amplo alcance que esses conteúdos obtêm na rede, a sua característica de perenidade e a dificuldade que as vítimas têm de cessar a divulgação daquilo que lhes causa dano. Uma vez que a violência virtual é complexa, justamente porque não se encerra no espaço cibernético, por permitir a troca de informações entre milhares de usuários de forma rápida e interativa, a internet transpõe fronteiras nacionais e difunde-se entre todos os continentes do Globo³, tornando reiterada a agressão uma vez publicada.

Dessa maneira, uma das formas mais recorrentes de boicote à liberdade do outro – a liberdade de ser e de escolher – tem se manifestado, nos últimos dias, de forma muito recorrente, por meio de uma prática, por alguns denominada de “pornografia de revanche,” na qual uma das partes envolvidas em um relacionamento afetivo, geralmente o homem, publica,

¹ CERQUEIRA, Daniel. MATOS, Mariana. MARTINS, Ana Paula Antunes. PINTO, Jony. *Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015.

² KI MOON, Ban. *Violência contra as mulheres: a situação*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/>> Acesso em: 16/03/2014

³ VIEIRA, Tatiana Malta. *O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 181.

à revelia de sua parceira, e com a intensão clara de expor a mulher, agredi-la e ofender a sua honra, imagens e vídeos em que ela aparece nua, ou atuando na relação sexual.

Diante desse cenário, o presente estudo monográfico pretende, a partir da compreensão da complexidade envolvida no tipo de violência aqui discutido, fazer uma análise do aparato legal existente, a fim de discutir o seu alcance e a sua incidência na exposição indevida de imagens íntimas na internet e, ainda, discutir projetos de lei que pretendem criminalizar tais condutas. Apresenta três capítulos. Para a realização do estudo, foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, no âmbito do Distrito Federal.

No primeiro capítulo, será feita uma breve análise da legislação brasileira no que concerne à proteção da honra, da privacidade e da intimidade, bem como a respeito do instituto da responsabilidade civil, abordando os seus conceitos iniciais e ponderando a respeito da sua aplicabilidade nos delitos cibernéticos. Serão discutidos também os aspectos jurídicos que orientam o uso da internet no Brasil, tratando de forma não exaustiva dos conceitos iniciais e dos dispositivos legais regulamentadores.

O segundo capítulo se incumbirá de fazer uma análise dos aspectos penais da divulgação indevida de imagens íntimas que, conforme ordenamento pátrio, fere a honra da pessoa, a qual é tutelada pela Constituição e pelo Código Penal vigente. Irá também abordar o alcance, a incidência, o objeto e o contexto da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha. Abarcará ainda, a evolução legislativa no tocante a proteção da imagem da mulher e o Marco Civil da Internet, importante dispositivo legal que regulamentou o uso da Internet no Brasil a partir de 2014.

Por fim, no terceiro capítulo, serão observados e apresentados os objetivos específicos da pesquisa. Para chegar à construção dos dados a serem apresentados e discutidos, foi adotada a metodologia qualitativa. Foram utilizados dois instrumentos, quais sejam: a observação e as entrevistas semiestruturadas. Os participantes foram selecionados dentre um juiz de Direito, uma delegada da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher no Distrito Federal – DEAM e uma mulher vítima de exposição indevida de imagens íntimas. A discussão dos resultados se pautou pela busca de aspectos que emergissem das falas dos entrevistados com maior visibilidade e predominância. Ao analisar os dados construídos na pesquisa, buscou-se eleger como os mais pertinentes à discussão, aqueles que apresentassem

maior diálogo com a temática definida, ou seja, a necessidade de um aparato legal específico, capaz de coibir a violência virtual contra a mulher.

Foi ainda realizado um estudo dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, que visam criminalizar a conduta de expor a intimidade de alguém na internet. Discutir-se-á se a solução que se faz mais adequada está em inserir um tipo penal na Lei Maria da Penha – abrangendo apenas mulheres – ou, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima ao Código Penal – abrangendo como vítimas homens e mulheres.

A análise dos dados segue o modelo adotado para pesquisas filiadas à metodologia qualitativa. Os dados suscitados por este instrumento foram considerados como ilustrativos da percepção do grupo de operadores do direito, sobre a pertinência dos projetos de lei que criam tipos penais para proteger a imagem e intimidade da mulher na internet. Foram considerados, também, os dados relativos a percepção da mulher vítima de violência no tocante aos efeitos da exposição indevida em suas vidas.

A implementação dessa pesquisa teve como principal finalidade discutir a pertinência de um dispositivo legal específico que visa proteger a imagem e intimidade da mulher na internet, abordar as implicações da violência virtual contra a mulher para as vítimas e discutir a legislação brasileira no que concerne ao respeito à imagem, à dignidade e à honra. De forma secundária, conscientizar os leitores acerca da importância da não culpabilização da conduta da vítima, em deixar-se filmar ou fotografar nua, minimizando a conduta do agressor, mas que compreenda-se que aquele que divulga o que deveria ser mantido em segredo, quebra um acordo, viola direitos e comete crime contra a honra. Além disso, buscou-se enfatizar a necessidade da condenação do agressor frente à repercussão e aos efeitos negativos causados à vítima diante desse tipo de exposição.

1 DIREITO A HONRA E IMAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS

Prefacialmente, é importante salientar que o Estado Democrático de Direito tem como escopo o princípio da dignidade humana e, como desdobramento desse princípio, tem-se a proteção dos direitos inerentes à personalidade. Conforme expor-se-á nos itens seguintes, de acordo com o sistema normativo vigente, a imagem, a honra, a privacidade e a intimidade são protegidas, e, a violação a esses direitos poderá gerar responsabilidade civil a quem tenha efetuado a lesão. É nesse sentido que se faz uma breve análise do princípio da dignidade humana, dos direitos da personalidade e, posteriormente, busca-se abordar a Responsabilidade civil incluindo o seu alcance nos meios eletrônicos.

1.1 O princípio da dignidade da pessoa humana

Antes de tecer comentários acerca dos direitos da personalidade, faz-se mister o estudo do princípio consagrado pela Constituição vigente. Nesse sentido, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa humana, que compreende fundamento maior da Constituição de 1988.

Caio Mario da Silva Pereira consider⁴ esse princípio como "macroprincípio constitucional no qual se concretizam direitos fundamentais e do qual se desdobram subprincípios ou princípios implícitos". Trata-se de princípio expresso no texto constitucional:

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

II - a dignidade da pessoa humana."

Com a elevação do princípio da dignidade humana ao *status* constitucional, esse princípio passa a nortear todo o ordenamento jurídico e a coibir o Estado para que passe agir dentro dos limites em que não afetem a dignidade da pessoa humana.⁵

⁴ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*; Direito de Família, v. 5. 20. ed. rev. e atual. por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 55.

⁵ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 5ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 69.

Pablo Stolze Gagliano⁶ assevera que somente será mantida a dignidade da pessoa humana quando houver garantia de respeito ao indivíduo, propriamente dito, ou seja, quando esse respeito estiver presente nas relações interpessoais. A dignidade da pessoa humana deve permear as relações entre os membros das famílias, na qual o respeito mútuo há de prevalecer.

Desse modo, ao garantir a preservação da dignidade da pessoa humana, o Estado promove a proteção do indivíduo, de sua imagem e de sua honra, garantindo constitucionalmente, o bem-estar social.

1.2 O Direito à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem na Constituição

Os direitos da personalidade foram positivados visando à proteção do indivíduo, motivo pelo qual não cabe, em regra, intervenção de terceiros, visando com isso, a liberdade de desenvolver-se física e espiritualmente. Vale ressaltar que a intervenção que a posituação dos direitos fundamentais visou tutelar é aquela em que não houve consentimento do titular do direito.

Com isso, o preceito básico que fundamentou a posituação dos direitos da personalidade é de que nem o Estado nem a sociedade de modo geral devem intrometer-se, indevidamente, na vida pessoal do indivíduo. Pode-se inferir tal preceito do artigo 5º, inciso IV, da Carta Magna brasileira, onde o legislador, ao consagrar a livre manifestação do pensamento, vedou o anonimato com o intuito de possibilitar a reparação de danos causada pela manifestação de pensamento.

Os Direitos à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem passaram a coexistir como normas constitucionais com a Constituição de 1988. Apresenta-se no art. 5º inciso X, no capítulo dos direitos individuais, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a [*sic*] indenização pelo dano material ou moral

⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo Curso de Direito Civil, Direito de Família - As Famílias em Perspectiva Constitucional* / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho, volume VI. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 74.

decorrente de sua violação”⁷. Esses direitos têm sua limitação expressa no artigo 220 da Carta de 1988.⁸

Este capítulo arrisca delimitar esse direito fundamental com a apresentação de conceitos e princípios existentes na Constituição de 1988 que versam sobre ele.

1.2.1 O direito à privacidade e à intimidade

No dizer de Marmelstein⁹, o princípio geral da intimidade e da privacidade (art. 5º, inc. X) protege o indivíduo contra a devassa indevida de seus dados pessoais. Isto é, o sigilo bancário, fiscal, telefônico, entre outros, cabendo ao titular do direito decidir acerca de sua exibição e uso. O Supremo Tribunal Federal ainda não precisou os limites dessa garantia. No entanto, podendo ser limitada, em casos específicos, tal garantia não é absoluta.

Os avanços tecnológicos trouxeram inúmeros benefícios à sociedade moderna facilitando o cotidiano das pessoas. Por outro lado, é incontestável que esses avanços exercem interferências, algumas vezes até desastrosas, na vida privada e na intimidade dos cidadãos. A vida privada e a intimidade estão sendo constantemente “vilipendiadas, caracterizando uma crescente agressão àqueles valores, sem que o agredido disponha de iguais mecanismos de defesa”, na lição de Vieira¹⁰.

Doutrina e jurisprudência não distinguem o direito à privacidade e à intimidade. Alguns dizem que o direito a intimidade seria ramo do direito à privacidade e que esse direito seria mais abrangente que àquele, no dizer de Paulo Gonet.¹¹ Ainda como alude o mencionado professor, o direito à privacidade teria como objeto os comportamentos e acontecimentos atinentes às relações pessoais e/ou profissionais que o indivíduo não deseja que seja do conhecimento de toda coletividade. O objeto do direito, então, seriam os episódios mais íntimos, envolvendo relações de parentesco e amizades mais estreitas.

⁷ BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 22 ago 2014.

⁸ MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito constitucional*. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 280.

⁹ MARMELSTEIN, George. *Curso de Direitos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 144.

¹⁰ VIEIRA, Sônia Aguiar do Amaral. *Inviolabilidade da vida privada e intimidade pelos meios eletrônicos*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 1 - 2.

¹¹ BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Direitos fundamentais em espécie*: Curso de direito constitucional. 9 ed rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 280

Cretella Junior, em comentário ao artigo 5, inciso X, afirma que intimidade é “o status ou situação daquilo que é íntimo, isolado, só” e no que pese a privacidade, o referido autor, trata ambos os conceitos como sinônimos e expõe a dificuldade de distinguir ambos os direitos”.¹²

Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹³, comentando o mesmo artigo, defende que no, texto legal, não existem palavras inúteis, mas assim como o autor retromencionado, evidencia a dificuldade em se diferenciar privacidade e intimidade.

No tocante ao direito à privacidade, Tércio Sampaio Ferraz alude que trata-se de um direito subjetivo fundamental de que toda pessoa, física ou jurídica é titular, e o seu conteúdo “é a faculdade de constranger os outros ao respeito e de resistir à violação do que lhe é próprio, isto é, das situações vitais que, por só a ele lhe dizerem respeito, deseja manter para si, e cujo objeto é a integridade moral do seu titular”.¹⁴

Para Wiilian Prosser, existem quatros meios básicos de ofender a privacidade. São eles:

1) intromissão na reclusão ou na solidão do individuo, 2) exposição pública de fatos privados, 3) exposição do individuo a uma falsa percepção do público, que ocorre quando a pessoa é retratada de modo inexato ou censurável, 4) apropriação do nome e da imagem da pessoa, sobretudo para fins comerciais.¹⁵

Até meados de 1965, nos Estados Unidos, o direito à privacidade era entendido com o objetivo de manter assuntos íntimos fora do alcance público. Porém, após essa data, atribuiu-se a esse direito um significado mais amplo, passando a ser visto como espaço de autonomia do indivíduo, livre de qualquer restrição por parte do Poder público. No entanto, no Brasil, no dizer de Branco, “não se faz necessária essa mesma extrapolação do sentido clássico”¹⁶, visto que já existem mecanismos capazes de coibir ações do Estado que violem esse direito.

¹² CRETILLA JUNIOR, José. *Comentários a constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989, v. 1, p. 257.

¹³ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários a constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Editora Saraiva, v. 1, p. 35.

¹⁴ BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Direitos fundamentais em espécie*: Curso de direito constitucional. 9. ed rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 281.

¹⁵ MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de direito constitucional*. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 282.

¹⁶ BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Direitos fundamentais em espécie*: Curso de direito constitucional. 9 ed rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 282.

É incontroverso que os aspectos básicos desses direitos são comuns a todas as culturas, sendo valorizados e tutelados pelo Direito. Para Vieira, “a vida amorosa, sexual, familiar, religiosa e condições de saúde,”¹⁷ implicam sanção legal, independentemente da sociedade.

Em sentido estrito, o direito à privacidade leva ao anseio do indivíduo de não ser observado por terceiros, não ter seus assuntos, suas informações pessoais e características expostas a quem não foi previamente por ele autorizado ou a sociedade em geral.

Para Rodríguez¹⁸, com a finalidade de se evitar o ataque à intimidade subsiste interesse difuso de toda coletividade.

1.2.2 O direito à imagem e à honra

A imagem é intrínseca ao indivíduo e por meio dela o ser humano materializa a sua existência no mundo e se torna conhecido. A imagem surge com o nascimento com vida, é direito da personalidade próprio da pessoa natural. O direito à imagem, constitucionalmente amparado, é direito autônomo e absoluto, de acordo com os civilistas. No entanto, esse direito poderá sofrer eventuais limitações.

São características desse direito a inalienabilidade, irrenunciabilidade, intransmissibilidade e a indisponibilidade, embora o titular da imagem possa autorizar o seu uso por terceiro, desde que a titularidade do direito com ele permaneça, e o uso da imagem não atinja a dignidade do titular do direito.

O direito à imagem é relativamente novo, visto que legislações que o tratam originaram-se no século passado com o surgimento da fotografia. O direito brasileiro o tratou de maneira inaugural na constituição vigente. Nas constituições anteriores, não havia proteção jurídica à imagem de forma explícita.

Para Serpa, o direito à imagem é ramo do direito da personalidade que:

¹⁷ VIEIRA, Sônia Aguiar do Amaral. Inviolabilidade da vida privada e intimidade pelos meios eletrônicos. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 21 e 22.

¹⁸ RODRIGUÉZ, Víctor Gabriel. Tutela penal da intimidade: *perspectivas da atuação penal na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 70.

investiga e rege especificamente a utilização da imagem própria, ou a captada por terceiros, bem como o uso defeso, desautorizada ou adulterado das imagens colhidas abusiva, ou injuriosamente de modo a configurar um ato ilícito civil passível de reparação por danos materiais e morais.¹⁹

Acentua Lima que “o direito à imagem engloba todos os caracteres físicos, psíquicos e morais”²⁰, não se restringindo ao aspecto visível. Para ele, a imagem engloba inclusive a reputação do ser diante dos outros. Segundo o autor ainda, trata-se de direito autónomo do direito à privacidade e à intimidade.

No tocante a necessidade da tutela jurídica especial para a imagem da mulher nos crimes cibernéticos, citamos nos dizeres de Patrícia Torres: “para fixar os limites do uso consentido e as hipóteses de violação desse direito. E ainda a fixação de critérios para a efetiva reparação do dano à imagem”²¹, deve-se aplicar imediatamente a tutela a norma, como preceitua o § 1º do artigo 5º da Constituição.

O Poder Judiciário vem suprimindo as lacunas legais e punindo as violações à imagem. No entanto, a reprimenda estatal ainda é inócua ante a insensatez e leviandade de expor a imagem de alguém, denegrindo-o e causando-lhe constrangimento, amargura e tristeza. Além de obrigar o culpado a indenizar os danos causados a vítima, deve-se buscar, na legislação penal, medidas profiláticas.

Entende-se que a liberdade, resultante das inúmeras transformações sociais que resultaram no Estado moderno, não estaria sendo violada quando criminalizada a conduta de ofender a imagem de alguém, pois o poder estatal deve intervir para assegurar valores que traduzem a dignidade da pessoa humana.

Em se tratando da honra, Dantas entende ser um atributo inerente à personalidade humana cujo respeito à sua essência reflete a observância do princípio da dignidade da pessoa humana.²²

¹⁹ SANTA MARIA, José Serpa de. *Direito à imagem, à vida e à privacidade*. Belém: CEJUP, 1994. p. 22.

²⁰ LIMA, Arnaldo Siqueira de. *O direito à imagem: proteção jurídica e limites da violação*. Brasília: Universa, 2003. p. 19.

²¹ TORRES, Patrícia Almeida. *Direito a própria imagem*. São Paulo: LTR, 1998. p. 133

²² DANTAS, Rosalliny Pinheiro. A honra como objeto de proteção jurídica. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11017&revista_caderno=9> Acesso em ago 2014.

Nesse sentido, o pacto de São José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), vigente em nosso país, reconhece a proteção à honra no artigo 11, dispondo que “toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade”²³.

De acordo com Nelson Rosenvald e Cristiano Farias, a “honra é a soma dos conceitos positivos que cada pessoa goza na vida em sociedade”²⁴. Uadi Lammêgo Bulos, define a honra como “(...) um bem imaterial de pessoas físicas e jurídicas protegida pela Carta de 1988”²⁵. Nesse sentido, o autor entende que a tutela da honra também é cabível às pessoas jurídicas.

A doutrina distingue a honra em dois aspectos. Honra subjetiva sendo aquela em que o indivíduo tem de si mesmo, ou seja, o juízo de valor que faz das suas condutas e atitudes. E honra subjetiva como aquela que terceiros fazem do indivíduo. Ambos os conceitos ensejam reparação por dano moral e ou material, conforme preceitua o artigo 20 do Código Civil vigente.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.²⁶

Ainda nessa seara, é o dizer de Cathrein e Schopenhauer que a honra traduz-se pelo sentimento de dignidade própria (honra interna ou subjetiva), pelo apreço social, pela reputação e boa fama (honra exterior ou objetiva).²⁷

Baseando-se na legislação espanhola, o legislador brasileiro tutelou a honra, a imagem e a intimidade da criança e do adolescente ao estabelecer, no artigo 240 do Estatuto menorista, pena de um a quatro anos para quem “produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de

²³ BRASIL. Decreto n 678 de 06 de novembro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: ago. 2014.

²⁴ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito Civil: teoria geral*. 7 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 149.

²⁵ BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 4 ed. atual. São Paulo: Saraiva. 2009. p.463.

²⁶ BRASIL. Lei 10.406/2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm> Acesso em: ago. 2014.

²⁷ CATHREIN, Victor. *Moralphilosophie*. 4 ed. Friburgo, 1904. V. II. p. 65

sexo explícito ou pornografia.”²⁸ No artigo 241 do mesmo diploma legal prevê a mesma pena para quem “fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”²⁹.

Entendemos, no entanto, que a imagem está diretamente relacionada à dignidade da pessoa humana, seja criança ou adulto. Nessa ótica, deve ser tutelado o direito, pois ao Direito não importa o sujeito, mas toda a coletividade.

1.3. A responsabilidade civil na lesão contra a honra e a imagem

O termo responsabilidade utilizado em várias áreas da ciência deriva do vocábulo *respondere* e possui ligação com as relações contratuais estabelecidas no direito romano³⁰. No Direito Civil, possui relação obrigacional, relativa ao dever, no sentido de que da conduta humana – vinculada a sua finalidade – poderá surgir o dever de indenizar em caso de descumprimento.

Nesse sentido, como regra geral, a responsabilidade civil impõe a necessidade de reparação do prejuízo causado por aquele que, agindo de forma omissiva ou comissiva, cause dano a outrem, conforme o artigo 927 do Código Civil.

Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser entendida como a obrigação de reparar o dano causado a uma pessoa, em razão de ato imputado por pessoa capaz, ou de “fato de coisa ou animal sob sua guarda ou por imposição legal”³¹. Sendo assim, responsabilizar alguém significa imputar-lhe a causa de algum prejuízo, patrimonial ou moral, devendo o agente responder pelas consequências de seus atos, recompondo o *status quo ante* afetado por sua ação.

²⁸ BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2014 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 03 jun 2014.

²⁹ BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2014 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 03 jun 2014.

³⁰ PENAFIEL, Fernando. *Evolução histórica e pressupostos da responsabilidade civil*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13110>. Acesso em nov 2014.

³¹ DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 7. p. 200.

Nesse sentido, esse subitem irá debruçar-se sobre o tema e analisar o seu alcance nos meios eletrônicos.

1.3.1 Do dano moral e material: conceitos e aplicação do instituto

Diante dos ataques perpetrados contra a dignidade da pessoa humana, o dano moral foi introduzido no direito pátrio pela Constituição de 1988 em seu artigo 5º, incisos V e X. No entanto, por não se compreender o conceito desse novel instituto, inúmeras demandas surgiram trazendo assuntos que não configuravam dano moral; posto isto, a presente pesquisa se debruçará no conceito desse instituto.

Para Carlos Roberto Gonçalves, dano moral é aquele que atinge “o ofendido como pessoa, não lesando o seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade (...) e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação”³².

Para Venosa, “dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima”³³, atuando dentro dos direitos da personalidade. E, ainda no tocante a proporcionalidade da indenização, afirma Venosa que a reparação causada pelo dano moral deverá pautar-se na natureza dos sofrimentos ou males causados ao ofendido. Não estando, portanto, sujeito a padrões determinados.

Por outro lado, afirma Cavalieri que:

“o dano moral não está necessariamente vinculado a alguma reação psíquica da vítima. Pode haver ofensa à dignidade da pessoa humana sem dor, vexame, sofrimento, assim como pode haver dor, vexame e sofrimento sem violação da dignidade. Dor, vexame, sofrimento e humilhação podem ser consequências, e não causas. Assim como a febre é o efeito de uma agressão orgânica, a reação psíquica da vítima só pode ser considerada dano moral quando tiver por causa uma agressão à sua dignidade”³⁴.

À luz da Carta Magna vigente, Cavalieri conceitua o dano moral em dois planos; são eles: sentido amplo e sentido estrito. Em sentido estrito, dano moral seria violar o direito à dignidade³⁵. Em sentido amplo, no entanto, seria a violação de algum direito ou atributo da

³² GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva: 2009. v. 4. p. 359.

³³ VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: responsabilidade civil*. 14. ed. v. 4. São Paulo: Atlas, 2014. p. 50.

³⁴ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 107.

³⁵ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 106.

personalidade. Concluindo que, atualmente, entende-se por dano moral toda e qualquer violação a bem atribuído à personalidade, não mais restringindo-o à dor, ao sofrimento e à tristeza.³⁶

Infere-se da lição de Santos que não configura dano moral somente aquilo que afeta um dos direitos da personalidade. O ataque a qualquer direito que gere “perturbação anímica e não seja apenas aquele ato que a convivência em sociedade faz com que a pessoa o suporte também pode ser considerado dano moral”³⁷. Para o douto professor, o que deve caracterizar o dano é o resultado; não o dano em si, mas os efeitos por ele provocados.

A fim de pacificar o entendimento, a III Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal editou o Enunciado n. 159³⁸ caracterizando como dano moral ofensa a direito da personalidade, desclassificando os “meros” sofrimentos ou abalos emocionais.

É importante salientar que, para Venosa, não é “qualquer dissabor da vida cotidiana”³⁹ que merece respaldo pelo instituto do dano moral. No mesmo sentido, é o entendimento de Santos⁴⁰ ao afirmar que o Direito não pode desconhecer a existência graduada de inconvenientes que a vida em sociedade acarreta, devendo-se afastar, nesses casos, a indenização pelo dano causado.

É o que se infere da leitura da Apelação Cível n. 2011 04 1 004911-5/DF⁴¹, sendo Relator o Desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT):

Direito do Consumidor. Indenização por danos morais. Demora na baixa do gravame e indenização securitária. Ausentes, na espécie, constrangimentos a justificar a alegada ofensa aos direitos da personalidade e a ensejar a almejada compensação financeira a guisa de danos morais, apesar dos

³⁶ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 108-109.

³⁷ SANTOS, Antônio Jeová. *Dano moral na internet*. São Paulo: Método, 2001. p. 101.

³⁸ BRASIL. Conselho da Justiça Federal. *Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V: enunciados aprovados*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. p. 37. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em: 30 out 2014.

³⁹ VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: responsabilidade civil*. 14. ed. v. 4. São Paulo: Atlas, 2014. p. 53.

⁴⁰ SANTOS, Antônio Jeová. *Dano moral na internet*. São Paulo: Método, 2001. p. 109.

⁴¹ BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. *Apelação Cível n. 2011.04.1.004911-5/DF*. Terceira Turma Cível. Apelante: Alessandra Castro Brasil Batista. Apelado: Bradesco Administradora de Consórcios LTDA. Relator: Des. Waldir Leôncio Lopes Junior. Brasília, 13 de junho de 2013. Disponível em: <<http://juris.tjdft.jus.br/docjur/690691/691940.Doc>> Acesso em: 09 ago 2014.

dissabores, angústias e ansiedades em razão de atrasos causados pela própria prejudicada, pela ré e por terceiros, os quais, no entanto, melhor se situam no âmbito dos aborrecimentos cotidianos que a vida em comunidade ocasiona. Pedido julgado improcedente. Apelação. Recurso conhecido e não provido.

Conclui-se que o objeto de estudo da Responsabilidade civil ultrapassa os limites dos incômodos vividos no cotidiano, adentrando nos efeitos causados por esses infortúnios.

1.3.2 Responsabilidade civil na internet

O direito à privacidade é ameaçado diante do avanço tecnológico, pelo uso da internet e do “poder computacional”⁴². A doutrina jurídica brasileira não proporciona respostas profundas a cerca do tema. Cabe, entretanto, a sensibilização de juristas e estudiosos do Direito para uma reflexão do impacto da tecnologia na privacidade, fazendo com que os recursos computacionais sejam utilizados de forma consciente, pois como o Direito encontra-se em constante evolução e deve acompanhar a evolução da sociedade, em suas várias etapas, não poderia “ficar alheio à sociedade da informação e omitir-se perante as implicações que essa nova tecnologia suscita”⁴³.

Considerando a informação como matéria-prima da evolução social, política e econômica e sendo característica basilar da sociedade informatizada, todo avanço tecnológico é balizado por uma “gestão mais eficiente da informação”⁴⁴. Tal gestão mais eficiente faz surgir a especialidade denominada “segurança da informação”. “Trata-se da área responsável por assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações”⁴⁵.

O surgimento da *internet* se deu no auge da Guerra Fria, quando os EUA, em resposta ao lançamento do primeiro satélite ao espaço pela URSS, “investiram em um projeto de criação de um sistema de comunicação que se mostrasse invulnerável a ataques dos países

⁴² VIEIRA, Tatiana Malta. *O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 175

⁴³ PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 66.

⁴⁴ VIEIRA, Tatiana Malta. *O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 180

⁴⁵ VIEIRA, Tatiana Malta. *O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 181

inimigos”⁴⁶. Nesse momento da história, a *internet* fora criada para fins militares, migrando depois para os setores científicos e acadêmicos, para só então ser disseminada para o restante da população.

Atualmente, na internet não há mais possibilidade do completo anonimato. Aquele que não existe possibilidade de ser conhecido o indivíduo por trás da máquina. “A infra estrutura [sic] da rede proporciona a identificação do usuário mediante números de série atribuídos as máquinas (...) e rastreamento do IP”⁴⁷.

O IP é uma das formas de se identificar o usuário da internet. É atribuído um número específico à conexão, à rede, de modo que se identifica o computador, a data e hora da conexão e o tempo em que aquele usuário ficou conectado. A exata identificação do internauta só poderá ser realizada se o provedor de internet registrar os dados captados pelo IP, pois, quando a conexão é encerrada, aquele número de IP fica disponível para um novo usuário.

No Brasil, o IP é regulamentado pela Lei nº 9.296/96 e é dado sigiloso, fornecido apenas nos casos de instrução processual e investigação criminal. Vale frisar que o “usuário da internet tem sua privacidade preservada enquanto faz uso adequado dos serviços”⁴⁸ e os dados divulgados serão apenas os estritamente necessários para a identificá-lo e localizá-lo, não divulgando o conteúdo da comunicação do usuário.

Diante da velocidade em que a comunicação passou a ser estabelecida após o advento da Internet, gerou-se a necessidade de adaptação dos institutos que tutelam bens jurídicos relevantes aos indivíduos usuários desse meio de comunicação. Entre esses institutos, citaremos o dano moral, objeto desse estudo.

Sabemos que a responsabilidade civil decorre de ato ilícito, consoante dispõe o artigo 186 do Código Civil de 2002, a saber: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária,

⁴⁶ VIEIRA, Tatiana Malta. *O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 211.

⁴⁷ VIEIRA, Tatiana Malta. *O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação*. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 223.

⁴⁸ LEONARDI, Marcel. *Determinação da Responsabilidade Civil pelos ilícitos na rede: os deveres dos provedores de serviços de internet*. In: Responsabilidade civil pela violação do sigilo e privacidade na internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 411.

negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”⁴⁹.

Sabe-se ainda que o sigilo e a privacidade são protegidos na internet assim como nos demais meios de comunicação e situações sociais. Afinal, trata-se de direitos da pessoa, física ou jurídica, e sua proteção é assegurada de modo amplo, independentemente do meio utilizado para eventual violação. No que diz respeito a proteção legal que tutela os direitos da personalidade, cita-se o artigo 12 do Código Civil, com a seguinte redação: “pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”⁵⁰.

No tocante a ato ilícito, acentua Silva que “para que exista ato ilícito é necessária a violação de um direito que cause dano a outrem”⁵¹. A principal consequência da existência de ato ilícito é a reparação de danos, como estabelece o artigo 927 do Código Civil: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”⁵².

Para fins de cálculos da reparação por danos morais e materiais, há que se observar alguns fatores, são eles: “culpa ou dolo, posição social do ofendido, risco criado, gravidade da ofensa, situação econômica do ofensor, mas, principalmente, a gravidade da ofensa ou potencialidade lesiva do fato”⁵³.

No entanto, para a configuração do dano moral ou material no âmbito da internet, além desses, outros requisitos devem ser observados, uma vez que somente a repercussão desse tipo de ilícito comparado aos demais meios de comunicação não pode ser tomado como critério absoluto. Nesse sentido é a lição de Demócrito Ramos Reinaldo Filho: devem ser considerados os mecanismos de utilização para a comunicação, a disseminação limitada a espaços restritos a certos usuários, o idioma utilizado para a veiculação e a popularidade da web site que publicou as informações. Concluindo que “nem sempre uma mensagem

⁴⁹ BRASIL. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil de 2002*. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.html> Acesso em: 10 set 2014.

⁵⁰ BRASIL. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil de 2002*. Brasília, 2014 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.html> Acesso em: 3 out 2014.

⁵¹ SILVA, Regina Beatriz Tavares da.; SANTOS, Manoel J. Pereira dos. (Coord.) *Responsabilidade civil na internet e demais meios de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 35.

⁵² BRASIL. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil de 2002*. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.html> Acesso em: 10 set 2014.

⁵³ LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 225.

difamatória difundida na internet proporciona maior repercussão que a divulgada em outros meios de comunicação”⁵⁴.

No tocante à responsabilidade civil dos provedores, citamos a lição de Santos que afirma que a responsabilidade do hospedeiro da página ou sítio eletrônico é objetiva, sendo dispensável indagação a cerca da culpa. Vez que, ao alojar a informação, “assume o risco de eventual ataque a direito personalíssimo de terceiro”⁵⁵. A responsabilidade estende-se tanto a conteúdo da própria página, como a conteúdo de terceiros.

Cabe esclarecer, porém, que o Marco Civil da Internet regulamentou em sentido contrário ao entendimento doutrinário acima mencionado, tratando em seu artigo 18 que “o provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros”⁵⁶.

Para Leonardi, os principais deveres impostos aos provedores seriam: “utilizar tecnologias apropriadas, conhecer os dados de seus usuários, manter informações por tempo determinado, manter os dados dos usuários em sigilo, não monitorar, não censurar e informar em face de ato ilícito cometido por usuário”⁵⁷. Estando em conformidade com a Lei n. 12.965/14 que trata, inclusive, em quais situações o provedor deverá revelar dados de usuários em práticas ilícitas.

1.4 Aspectos jurídicos da internet

Sabendo-se que o Direito não existe razão de ser em si mesmo, nesse sentido, há a necessidade de compreensão da estrutura, da natureza e das implicações jurídicas da internet a fim de ter delimitado o objeto de regulação e a efetividade da tutela do direito à privacidade nesse meio de comunicação contemporâneo.

⁵⁴ FILHO, Demócrito Ramos Reinaldo. *Responsabilidade por publicação na Internet*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 116.

⁵⁵ SANTOS, Antônio Jeová. *Dano moral na internet*. São Paulo: Método, 2001. p. 119.

⁵⁶ BRASIL. Lei n. 12.965/14. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. Brasília, 2014. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm > Acesso em: 10 set 2014.

⁵⁷ LEONARDI, Marcel. *Determinação da Responsabilidade Civil pelos ilícitos na rede: os deveres dos provedores de serviços de internet*. In: *Responsabilidade civil na internet e demais meios de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 101.

Os avanços tecnológicos impõem complexos problemas jurídicos a serem dirimidos pelos operadores do Direito. A internet é campo para o cometimento de vários delitos, alguns já tipificados pelo ordenamento jurídico pátrio, como é o caso da pornografia infantil, do estelionato, do racismo, entre outros. No entanto, utiliza-se essa ferramenta tecnológica para difundir agressões e praticar outras condutas não tipificadas.

Importante avanço para uma legislação que regule o uso da internet no Brasil foi a criação do Comitê Gestor de Internet no Brasil. Criado por meio da Portaria interministerial n. 147 de 1995, com o objetivo de participar a sociedade nas “decisões sobre a implantação, administração e uso da internet”.

Foram reunidos representantes da comunidade acadêmica, representantes das entidades operadoras e gestoras, representantes dos provedores e representantes dos usuários. São atribuições do Comitê, dentre outras:

“1) fomentar o desenvolvimento de serviços ligados à internet no Brasil; 2) recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais para internet no Brasil; 3) coordenar a atribuição de endereços na internet, o registro de nomes de domínios e a interconexão de espinhas dorsais.”⁵⁸

A vulnerabilidade da internet pode ser reconhecida por suas características, as quais serão expostas neste trabalho. A característica primeira é a “capacidade de processar, guardar e circular, de forma automatizada e em tempo real, grandes quantidades de informações⁵⁹” de conteúdo variado: como fotos, vídeos, textos, filmes, entre outros.

O incontável número de usuários que acessam a Rede diariamente é outra característica importante da internet. Além disso, é possível destacar a frequência com que acessam e difundem informações, a liberdade que possuem para enviar e transferir de modo que os usuários possam tanto serem vítimas como agressores em potencial e a falta de limitação geográfica para que esses conteúdos sejam enviados ou recebidos.

No tocante à localização do usuário da internet, afirma Leonardi que, apesar da possibilidade do reconhecimento do IP de quem pratica ato ilícito na *web*, não há informações suficientes que possam determinar a localização geográfica do usuário no momento da prática

⁵⁸ CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da internet*. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 17.

⁵⁹ CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. *Crimes digitais*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 46.

delitiva. “Os endereços de IP são lógicos, e não físicos, nada no protocolo TCP/IP vincula, por si só, determinado endereço IP a uma determinada localização geográfica”⁶⁰.

Há outras características físicas, técnicas e lógicas das tecnologias da informação e comunicação, como a forma anônima em que podem ser acessadas e os acessos ilegítimos com a finalidade de apropriar-se de dados e documentos que encontra-se em outro computador, pertencendo assim, a outro usuário. Assim agem os chamados *hackers*.

Em se tratando especificamente dos crimes cometidos contra a honra, é a lição de Crespo⁶¹ quanto a facilidade da prática de delitos dessa natureza com a criação de fóruns, páginas pessoais e *sites* de relacionamento.

Nesse sentido, o Direito e seus operadores irão deparar-se com novas realidades quanto às práticas delitivas de modo que “não se deve ignorar a realidade de novos *modi operandi* e novas ponderações sobre condutas danosas”⁶². No entanto, não se deve apenas considerar a forma com a qual os delitos são praticados para definí-los como informáticos.

⁶⁰ LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 156.

⁶¹ CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. *Crimes digitais*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 47.

⁶² CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. *Crimes digitais*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 47.

2 ASPECTOS PENAIS

O presente capítulo visa aprofundar-se nos crimes cometidos contra a honra, nos crimes cibernéticos e nos crimes cometidos contra a mulher. Sendo que, nesse último, adentraremos no contexto da Lei Maria da Penha, discutindo sua aplicabilidade e seus conceitos iniciais.

2.1 As diferenças de gênero e a legislação brasileira

O presente subitem visa apresentar considerações pertinentes às legislações mais recentes e mais significativas para tratar do tema, não pretendendo fazer um exaustivo estudo histórico das legislações que tratem da igualdade de gênero.

A partir do século XX, movimentos sociais diversos contribuíram para a conquista de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Dentre estes, destaca-se o Feminismo. Por meio dele, as mulheres tiveram reconhecidos os seus direitos.

Na perspectiva do Direito, as críticas do Movimento feminista vêm se desenvolvendo fortemente desde 1970. A crítica revela-se na dicotomia “razão e sensibilidade” que sustenta a construção do pensamento científico contemporâneo e reflete a oposição entre o masculino e o feminino.⁶³

No tocante ao princípio da igualdade, consagrado na Carta Magna de 1988, é o dizer de Lima: “o princípio da igualdade consagrado na Constituição vigente, [sic] trouxe a necessidade de revisão de diversos diplomas legais, que consagravam a desigualdade de gênero, dando primazia ao homem em detrimento da mulher”⁶⁴.

O Código Penal, por exemplo, apesar das alterações pontuais, não encerrou o problema da diferenciação de gênero, dando proteção independente. No dizer de Borges:

⁶³ CAMPOS, Carmem Hein de. *Razão e sensibilidade: teoria feminista do Direito e Lei Maria da Penha*. In: Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1.

⁶⁴ LIMA, Paulo Marco Ferreira. *Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência*, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 29

“o Código Penal brasileiro está reclamando urgente atualização, notadamente quanto às questões de gênero, pois em diversas passagens estabeleceu tratamento discriminatório entre homem e mulher, ao arremesso da consagrada igualdade entre ambos na Constituição Federal de 1988 e no atualizado Código Civil. As alterações pontuais não têm sido suficientes para a sua adaptação à igualdade entre os sexos, apesar das constantes denúncias doutrinárias a respeito.”⁶⁵

A Lei Maria da Penha trouxe um novo sujeito ao seu texto, qual sendo, a mulher. Excluindo a expressão “vítima” do texto normativo e inserido a expressão “mulher em situação de violência”, o Feminismo promoveu o chamado “deslocamento discursivo”, no dizer de Campos.⁶⁶

A Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, surgiu com respaldo na Declaração de Direitos Humanos, na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, na Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e no artigo 226, parágrafo 8º, que resguarda que o Estado assegure a proteção à família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares. Assim sendo, a Lei busca dar efetividade a esse dispositivo constitucional.

O objetivo das convenções que inspiraram o surgimento da Lei Maria da Penha, não é “privilegiar a mulher”, mas sim buscar a igualdade entre os sexos, diante do histórico de marginalização vivido pelas mulheres.⁶⁷

A Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, renomeada como declaração dos direitos humanos, teve a sua terminologia alterada por meio do movimento feminista, “em face à carga sexista contida nesta expressão”⁶⁸. A Constituição vigente consagra o direito à

⁶⁵ BORGES, Paulo César Côrrea. *O princípio da igualdade entre homem e mulher no Código Penal*. Tese apresentada no III Congresso do Ministério Público do Estado de São Paulo. In: *Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência*, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 31.

⁶⁶ CAMPOS, Carmem Hein de. *Razão e sensibilidade: teoria feminista do Direito e Lei Maria da Penha*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 6.

⁶⁷ LIMA, Paulo Marco Ferreira. *Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência*, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 64

⁶⁸ DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 38.

igualdade independente do gênero, no entanto, apenas essa garantia não se faz suficiente, necessitando de uma “atitude positiva do poder público,”⁶⁹ através de políticas, ou leis.

Nesse sentido, é o entendimento de Pimentel e Piovesan:

“faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nesta ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. [...] as mulheres [...] devem ser vistas nas suas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o direito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial.”⁷⁰

A Lei Maria da Penha faz exatamente isso: reconhece a peculiaridade do indivíduo, busca igualar quem é desigual criando mecanismos protetivos, segundo o gênero da vítima.

No dizer de Streck:

“A resposta para a constitucionalidade de tais distinções reside no novo direito para o qual aponta o paradigma de Estado Constitucional, [...] Um direito que vem diferente. [...] No caso, a Constituição do Brasil permite discriminações positivas para através de um tratamento desigual, buscar igualar aquilo que sempre foi desigual. Esse é o paradigma a partir do qual devemos interpretar a Lei Maria da Penha.”⁷¹

A Constituição permite as chamadas discriminações positivas, quais sejam, “através de um tratamento desigual, buscar igualar aquilo que sempre foi desigual”. Para Maria Berenice, a Constituição assegura em seu artigo 5º, caput, a chamada igualdade substancial, não a igualdade formal somente. Nesse mesmo diapasão, é o entendimento de Bastos ao afirmar que a Lei Maria da Penha é o resultado de uma ação afirmativa em favor da mulher vítima de violência.

Corroborando com esse entendimento, o ministro Luiz Fux, em voto proferido na ADI n. 4424, declarou: “a incorporação de instrumentos normativos que podem ser considerados como de efetivação positiva da igualdade material, ainda que impliquem aparentemente em

⁶⁹ GOMES, Camila de Magalhães. *Por que a Lei Maria da Penha só protege mulher?* Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/08/por-que-a-lei-maria-da-penha-so-protege-a-mulher/>> Acesso em: 02 set. 2014.

⁷⁰ PIMENTEL, Silvia e PIOVESAN, Flávia. *A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

⁷¹ STRECK, Lenio. *Lei Maria da Penha no contexto do Estado Constitucional: desigualando a desigualdade histórica*. In CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 98.

desigualdade formal”⁷². Compartilha do mesmo o entendimento, Bastos,⁷³ ao afirmar que a referida Lei busca restabelecer a igualdade material entre os gêneros.

Em março de 2011, o Supremo Tribunal Federal ⁷⁴ declarou o artigo 41 da lei 11.340/06 constitucional e afastou a competência do Juizado Especial Criminal. No voto do Min. Marco Aurélio Melo, esclareceu-se que o delito cometido contra a mulher nas relações domésticas não se configura com baixa ofensividade, pois não se limita ao aspecto físico da vítima, atingindo também seu estado emocional e psíquico. Na mesma oportunidade, a Min. Cármen Lúcia afirmou que o Direito não combate o preconceito, mas a sua manifestação.

Isto posto, independentemente das penas cominadas ao crime praticado contra a mulher, não se aplicam os dispostos da Lei 9.099/95, não apenas em se tratando da competência para o julgamento de crimes dessa natureza, mas também nos institutos despenalizadores por ela abrangidos, quais sejam: a transação penal, o acordo civil e a suspensão condicional do processo.

Pontuados os temas acerca da constitucionalidade da Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade às mulheres, há um novo caminho a trilhar pelo movimento jurídico feminista no que concerne às novas medidas aplicáveis aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No dizer de Campos, o desafio é criar alternativas para além da Lei e, por outro lado, criar condições para que magistradas e magistrados lidem de forma individualizada com inúmeras situações com as quais se deparam.

2.2 A Lei Maria da Penha: objetivo, objeto, contexto e formas de violência contra a mulher

Conforme a lição de Boaventura de Souza Santos,

temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a

⁷² DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 108.

⁷³ BASTOS, Marcelo Lessa. *Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da penha: alguns comentários*. ADV *Advocacia Dinâmica*, Seleções jurídicas, n. 37, p. 2, dez 2006.

⁷⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=175260>>. Acesso em: 02 set 2014.

necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.⁷⁵

Descrito no artigo 1º da Lei 11.340/06, o principal objetivo da referida lei é coibir e prevenir a violência contra a mulher no âmbito doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto. Baseado no artigo 226, § 8º da, Constituição, na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil.⁷⁶

Souza destaca dois aspectos no tocante aos objetivos da Lei Maria da Penha. O aspecto objetivo, que é direcionado ao combate dos fatos ocorridos no âmbito “doméstico, familiar ou intrafamiliar”⁷⁷. No contexto subjetivo, mais amplo que o primeiro, preocupou-se com a proteção da mulher contra os atos de violência praticados nas relações íntimas (marital ou de afetividade) por qualquer pessoa que conviva no âmbito doméstico ou com quem mantenha ou tenha mantido relação de intimidade. “Não havendo para essas pessoas exigência de que a violência tenha ocorrido no âmbito físico espacial do lugar de convivência, podendo ocorrer em qualquer lugar”⁷⁸.

Para Campos⁷⁹, a proteção das mulheres no contexto doméstico e familiar diz respeito à capacidade do Estado em garantir a segurança e a cidadania das mulheres no contexto da violência doméstica. Essa garantia estatal se dá por meio dos mecanismos jurídicos criados a partir da Lei Maria da Penha que garantem a segurança e promovem a cidadania feminina. Nesse contexto, citam-se as Delegacias de Atendimento à Mulher, os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e as medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

⁷⁵ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 25.

⁷⁶ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 28.

⁷⁷ SOUZA, Sérgio Ricardo de. *Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 36.

⁷⁸ SOUZA, Sérgio Ricardo de. *Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 36.

⁷⁹ CAMPOS, Carmem Hein de. *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 174 – 175.

A Lei Maria da Penha, ao criar mecanismos de proteção à mulher, no contexto da violência doméstica, “projeta a aplicabilidade”⁸⁰ do disposto constitucional que tutela os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Para Campos, “é evidente que se não houver respeito à vida e à integridade física e psíquica das mulheres, se não lhes forem asseguradas condições mínimas para uma existência respeitada e se sua intimidade for violada, a dignidade estará seriamente comprometida”⁸¹.

O objeto da norma em análise é, para Biachini, a “violência contra a mulher baseada no gênero, praticada no âmbito doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto”⁸². Para maior elucidação do objeto, trataremos da conceituação das formas de violência abrangidas no texto legal, quais são: a violência de gênero e a violência doméstica.

Siomioni e Cruz entendem que o *caput* do artigo 5º da Lei 11.340/06 já conceitua a definição de violência doméstica. Tal conceito advém da definição utilizada na Convenção de Belém do Pará e compreende a “ação ou omissão que cause, a qualquer mulher, danos em diferentes graus, seja em relação à integridade física, seja em relação aos bens materiais ou aos bens imateriais”⁸³.

Em discordância com o entendimento retromencionado, Souza conceitua a violência doméstica como “atos de maltrato desenvolvido no âmbito domiciliar, residencial ou em relação a um lugar onde habite um grupo familiar, enfatizando o aspecto espacial”⁸⁴. Para o autor, a violência doméstica é espécie da violência familiar e, nesse contexto, não se ocupa do sujeito passivo, sujeito a violência, ou seja, não se aplica apenas a mulher, mas a qualquer sujeito integrante do núcleo familiar.

A definição de violência de gênero apresentada por Souza é conceituada como forma mais extensa de violência, pois faz referência a diversos atos praticados contra a mulher a fim

⁸⁰ CAMPOS, Carmem Hein de. *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 175.

⁸¹ CAMPOS, Carmem Hein de. *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 175.

⁸² BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 29.

⁸³ SIMONI, Fabiane; CRUZ, Rúbia Abs da. *Da violência doméstica e familiar - artigo 5º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 186.

⁸⁴ SOUZA, Sérgio Ricardo de. *Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008. p. 34.

de submetê-la a sofrimento físico, sexual, psicológico, entre outros. E ainda, difere-se da violência doméstica, porque, nesse caso, o sujeito do gênero masculino impõe subordinação à mulher, não restando dúvidas a cerca da determinação dos sujeitos ativo e passivo.

De forma elucidativa, Bianchini estabelece como violência de gênero aquela em que envolva “determinação social dos papéis feminino e masculino”⁸⁵. Nesse sentido também é o entendimento de Teles e Melo ao afirmarem que a violência de gênero é “uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos aos homens e as mulheres (...) induzem relações violentas entre os sexos”⁸⁶.

Além da exigência da violência de gênero, para que haja incidência da Lei Maria da Penha, é necessário que o contexto de violência seja o indicado no artigo 5º da Lei, qual seja, uma relação íntima de afeto. O inciso III trata de “qualquer relação íntima de afeto” abrangendo nesse cenário as relações “momentâneas, duradoras ou situacionais”⁸⁷. O *caput* do artigo não faz distinção quanto ao gênero, devendo o aplicador do direito interpretar o vocábulo mulher em sentido amplo, incluindo as mulheres transexuais.

A mulher encontra-se em situação de vulnerabilidade no contexto doméstico, visto que o agressor conhece a condição privilegiada decorrente de uma relação de “convívio, intimidade e privacidade”⁸⁸ que mantém ou tenha mantido com a vítima e aproveita-se desse privilégio para coagir a mulher, desencorajando-a a noticiar a violência sofrida a familiares ou à autoridade competente.

Com relação às formas de violência perpetradas contra a mulher no contexto doméstico e familiar, o artigo 7º da Lei 11.340/06 elenca o rol meramente ilustrativo no entendimento de Bianchini ⁸⁹, visto que o dispositivo faz menção a outras formas de violência. Nesse sentido também é o entendimento de Simioni e Cruz ao afirmar que “a lei

⁸⁵ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 30.

⁸⁶ TELES, Maria A. de Almeida; MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

⁸⁷ SIMONI, Fabiane; CRUZ, Rúbia Abs da. *Da violência doméstica e familiar - artigo 5º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 189.

⁸⁸ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 32.

⁸⁹ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 32.

não compreende todas as formas existentes de situações de conflitualidade doméstica e familiares, pois outras normatizações se dedicam a determinadas populações específicas”⁹⁰.

São cinco as formas de violência de que trata o referido artigo. São elas: a violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. Trataremos a seguir de cada uma delas de forma minuciosa, a começar a violência física compreendida em “toda ofensa à integridade física e corporal praticada com emprego da força”⁹¹. É a forma de violência com mais incidência, conforme pesquisa realizada em 2011 pelo instituto Data Senado⁹².

A violência psicológica é cada vez mais preocupante no contexto da violência doméstica devido à dificuldade de reconhecimento da vítima como conduta ilícita. A violência psicológica compreende toda conduta que vise controlar ou degradar a mulher como sujeito causando-lhe dano emocional, diminuição da autoestima e perturbe o seu pleno desenvolvimento no campo de suas ideias, ações, comportamentos, decisões ou crença.

Violências sexuais baseadas no gênero são bastante abrangentes, de acordo com Bianchini,⁹³ considerada como qualquer conduta praticada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força a fim de constranger a mulher: 1) presenciar relação sexual não desejada; 2) manter relação sexual indesejada; e 3) participar da relação sexual indesejada. E ainda, qualquer conduta praticada mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação para: 4) induzir a comercializar, de qualquer modo, a sua sexualidade; 5) induzir a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; 6) impedir a utilização de qualquer método contraceptivo; 7) forçar ao matrimônio, a gravidez, o aborto ou a prostituição. Por fim, configura violência sexual contra a mulher qualquer conduta que anule ou limite o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos

⁹⁰ SIMONI, Fabiane e CRUZ, Rúbia Abs da. *Da violência doméstica e familiar - artigo 5º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 191.

⁹¹ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 44.

⁹² BRASIL. Secretaria de transparência DataSenado. *Violência Doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf> Acesso em: 27 abr. 2015.

⁹³ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 47.

pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos destinados a satisfazer suas necessidades. Nas palavras de Biachini:

é de suma importância tal preocupação, posto que a ausência de autonomia econômica e financeira da mulher contribui para sua subordinação e/ou submissão, ou enfraquecê-la, colocando-a em situação de ‘vulnerabilidade, atingindo diretamente a sua dignidade, pela redução ou impedimento da capacidade de tomar decisões independentes e livres, podendo ainda alimentar outras formas de dependência, como a psicológica’.⁹⁴

A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Esta fortemente relacionada a violência psicológica, tendo, porém, efeitos mais amplos uma vez que para configuração desse tipo de violência é necessário que a imagem e reputação da mulher sejam atingidos em seu meio social. Nesse sentido é importante a lição de Feix:

Diante das novas tecnologias de informação e redes na internet, a violência moral contra a mulher tem tomado novas dimensões, sendo necessário que o Direito e seus operadores atentem para os novos padrões de violação dos direitos de personalidade em geral e das mulheres, em particular, quando tal violação pressupuser a manutenção das desigualdades de gênero. Ou seja, quando as ofensas forem divulgadas em espaços virtuais massivamente e em rede, de forma instantânea e de difícil comprovação e combate, fortalecendo sentimentos ou percepções discriminatórias e reproduzindo padrões de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, que importam em anular a condição de sujeito dessas.⁹⁵

Nesse cenário, a Lei Maria da Penha é a comprovação de que os movimentos sociais e suas organizações representativas são capazes de criar mecanismos de transformação social. A Lei possibilita o uso político do Direito para transformar a sociedade, buscando a igualdade e a justiça social almejados na Constituição, e, ainda, promove a erradicação das desigualdades e o combate às formas de discriminação.

2.2.1 A aplicação da Lei 9.099/95 aos casos da Lei Maria da Penha

Conforme introduzido no capítulo I, a Lei 9.099/95 cria os Juizados Especiais Criminais para o julgamento dos delitos tidos pelo Direito como sendo de menor potencial

⁹⁴ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 49.

⁹⁵ FEIX, Virginia. *Das formas de violência contra a mulher - artigo 7º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 210

ofensivo. Estão compreendidos nesse rol as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima não ultrapasse dois anos.

Com o objetivo de garantir a celeridade aos processos e maior prestação jurisdicional ampliando o acesso à justiça. No entanto a referida lei não se aplica aos casos da Lei Maria da Penha por entender-se que a violência doméstica cometida contra a mulher não tem o caráter de baixa lesividade. Adentraremos a seguir nesse tema, expondo os motivos com mais detalhes e clareza.

Antes da edição da Lei 11.340/06, os casos de violência doméstica eram tratados pelo sistema penal como delitos de menor potencial ofensivo, pois em sua maioria eram compostos por lesões corporais leves e ameaças, sendo processados e julgados por Juizados Especiais Criminais. Nesse sentido, era possível a transação penal ou a suspensão condicional do processo que eram ofertados ao agressor pelo Ministério Público.

Para Amaral, não há que se falar em falta de atenção do Legislador para a violência doméstica na edição da Lei 9.099/95, pois em suas palavras, “tendo aquela lei acolhido uma política criminal de informalização da justiça penal, automaticamente teve consciência de que também passaria a dispor sobre a violência de gênero”⁹⁶.

Nas hipóteses de violência doméstica, devido a aplicação da lei 9.099/95 não era possível a incidência das medidas cautelares, ou seja, não havia como o julgador decretar a prisão preventiva e nem mesmo a prisão em flagrante poderia ser efetuada pela autoridade competente. No entanto, a Lei Maria da Penha muda esse cenário afastando a incidência da lei retromencionada aos casos de violência doméstica contra a mulher.

A lesão corporal, no novo contexto apresentado pela Lei Maria da Penha, desencadeia ação penal pública incondicionada, “não havendo espaço para acordo, renúncia a representação, transação, composição de danos ou suspensão do processo”⁹⁷. O entendimento

⁹⁶ AMARAL, Cláudio do Prado. *A Lei 9.099/95, a política criminal e a violência doméstica contra a mulher*. In: REALE JUNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaina. (Coords.). *Mulher e direito penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p.117.

⁹⁷ DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 105.

dos tribunais pátrios não era pacífico nesse sentido até que o Supremo Tribunal Federal julgou a matéria. Vejamos alguns exemplos.

O STJ, no HC 185.930 – MS, decidiu pela aplicação do instituto da suspensão condicional do processo:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. AMEAÇA. LEI MARIA DA PENHA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. VEDAÇÃO DO ART. 41 DA LEI 11.340/06. INTELIGÊNCIA INADEQUADA. ILEGALIDADE. RECONHECIMENTO.

1. O art. 41 da Lei Maria Penha, ao vedar a incidência da Lei 9.099/95, refere-se às disposições próprias do Juizado Especial Criminal, e, não, a outras, como aquelas contidas nos arts. 88 (REsp 1097042/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/02/2010, DJe 21/05/2010) e 89. A suspensão condicional do processo comparece no bojo da Lei 9.099/95 de maneira apenas incidental, dado que não pertence substancialmente à planificação dos Juizados Especiais.

2. Ordem concedida para anular o trânsito em julgado, devendo o Tribunal a quo providenciar a abertura de vista para que o Ministério Público se manifeste sobre o art. 89 da Lei 9.099/95, afastado o óbice do art. 41 da Lei 11.340/06.⁹⁸

Em outro julgado, o Superior Tribunal de Justiça decide de forma semelhante:

HABEAS CORPUS . CRIME DE LESÃO CORPORAL COMETIDA NO ÂMBITO FAMILIAR CONTRA MULHER. LEI MARIA DA PENHA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

1. Na interpretação literal do artigo 41 da Lei Maria da Penha (11.340/06), o artigo 89 da Lei no 9.099/95, não se aplica aos delitos de violência doméstica contra a mulher, cometidos no âmbito familiar.

2. Sopesados, porém, o conteúdo da Lei em questão e o disposto no artigo 226, parágrafo 8o, da Carta Magna, e contrariando o entendimento adotado por esta E. Sexta Turma, conclui-se que, no caso em exame, a melhor solução será a concessão da ordem, porque o paciente e a ofendida continuam a viver sob o mesmo teto.

3. Ordem concedida, para cassar o v. Acórdão hostilizado e a r. sentença condenatória, determinando-se a realização de audiência, para que o paciente se

⁹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus n. 185.930- MS*. Relator: Min. Maria Thereza de Assis Moura. Sexta Turma. Julgado em: 14 dez 2010. Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201001752350&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>> Acesso em: 04 out 2014.

manifeste sobre a proposta de suspensão condicional do processo oferecida pelo Ministério Público Estadual.⁹⁹

Em contrapartida, o Supremo Tribunal Federal pacifica a matéria decidindo pela inaplicabilidade dos institutos a Lei Maria da Penha:

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PEDIDO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. INAPLICABILIDADE DA LEI N. 9.099/1995. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). PRECEDENTE. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal assentou a constitucionalidade do art. 41 da Lei n. 11.340/2006, que afasta a aplicação da Lei n. 9.099/1995 aos processos referentes a crimes de violência contra a mulher. 2. Ordem denegada.¹⁰⁰

Alice Biachini¹⁰¹ destaca que a decisão mais importante nesse sentido ocorreu no Plenário do STF, em fevereiro de 2012, quando, por maioria, julgou procedente a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 4.424:

AÇÃO PENAL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER – LESÃO CORPORAL – NATUREZA. A ação penal relativa a lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada – considerações.

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para, dando interpretação conforme aos artigos 12, inciso I, e 16, ambos da Lei nº 11.340/2006, assentar a natureza incondicionada da ação penal em caso de crime de lesão, pouco importando a extensão desta, praticado contra a mulher no ambiente doméstico, contra o voto do Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente). Falaram, pelo Ministério Público Federal (ADI 4424), o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso; pelo interessado (ADC 19), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior e, pelo interessado (ADI 4424), Congresso Nacional, o Dr. Alberto Cascais, Advogado-Geral do Senado. Plenário, 09.02.2012.¹⁰²

⁹⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Extraordinário no Habeas Corpus n. 154.801- MS*. Relator: Min. Celso Limogini. Julgado em: 11 novembro 2011. Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200902306089&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>> Acesso em: 04 out 2014.

¹⁰⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n. 110.113 – MS*. Relator(a): Min. Carmem Lúcia, Primeira Turma, julgado em: 20 março de 2012. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC%24%2ESCLA%2E+E+110113%2ENUME%2E%29+OU+%28HC%2EACMS%2E+ADJ2+110113%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/chgrvkw>> Acesso em: 4 out 2014.

¹⁰¹ BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 227.

¹⁰² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n. 4.424*. Relator(a): Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em: 09 fevereiro de 2012. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI%24%2ESCLA%2E+E+4424%2ENUME%2E%29+OU+%28ADI%2EACMS%2E+ADJ2+4424%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ckpx954>> Acesso em: 4 out 2014.

Por fim, de acordo com a lição Choukr¹⁰³, o direito pátrio já conviveu pacificamente com institutos despenalizadores como os tratados pela Lei 9.099/95 para infrações que não eram de menor potencial ofensivo, por “conveniência marcadamente utilitária”. A própria lei em análise afasta a sua aplicabilidade a determinadas infrações penais específicas.

2.3 O Marco Civil da Internet – Análise dos pontos relevantes da Lei 12.965/2014

A internet permite a troca de informações entre milhares de usuários de forma rápida, interativa e, dentro das condições técnicas adequadas, eficiente, transpondo fronteiras nacionais e difundindo-se entre todos os continentes do Globo. Esse novo meio de comunicação favorece a liberdade de expressão, premissa basilar do estado democrático, mas também dificulta a apuração de ilícitos praticados na internet. Crimes como fraudes, pornografia infantil, racismo, xenofobia, violação da honra, imagem e privacidade, estelionato, entre outros.

É nesse sentido que esta pesquisa discute a aplicabilidade da Lei 12.965/14, o Marco Civil da internet. Com consulta pública online e inspirada em princípios fundamentais estabelecidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil¹⁰⁴, a referida legislação entrou em vigor em Junho de 2014. Lei essa que estabelece, além dos princípios da supracitada resolução, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. A lição de Tatiana Malta Vieira alude que entidades responsáveis pela persecução penal dizem que o anonimato e o sigilo favorecem a impunidade; assim, defendem a aprovação de leis que prevejam: procedimentos “menos burocráticos” para interceptação das comunicações telefônicas e telemáticas.¹⁰⁵

Apesar da dificuldade de se legislar sobre o tema, é exatamente isso que busca o Marco Civil, procedimentos menos burocráticos e não favorecimento da impunidade, uma vez que os artigos 11, 12 e 13 preveem que o provedor deverá manter os dados cadastrais que informem a qualificação pessoal, a filiação e o endereço de determinado usuário por

¹⁰³ CHOUKR, Fauzi Hassan. Da inaplicabilidade da lei 9.099/95 – arts. 41 a 46. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 374.

¹⁰⁴ BRASIL. *Comitê gestor da Internet no Brasil*. Resolução CGI.br/RES/003. Disponível em: <http://www.cgi.br/resolucoes/documento/2009/CGI.br_Resolucao_2009_003.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

¹⁰⁵ VIEIRA, Tatiana Malta. O Direito a privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2007. p. 223.

determinado período.

Art. 11. Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

§ 3º Os provedores de conexão e de aplicações de internet deverão prestar, na forma da regulamentação, informações que permitam a verificação quanto ao cumprimento da legislação brasileira referente à coleta, à guarda, ao armazenamento ou ao tratamento de dados, bem como quanto ao respeito à privacidade e ao sigilo de comunicações.

Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nos arts. 10 e 11 ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa de até 10% (dez por cento) do faturamento do grupo econômico no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, considerados a condição econômica do infrator e o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção;

III - suspensão temporária das atividades que envolvam os atos previstos no art. 11; ou

IV - proibição de exercício das atividades que envolvam os atos previstos no art. 11.

Parágrafo único. Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo pagamento da multa de que trata o caput sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.

Art. 13. Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento.

§ 1º A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.

§ 6º Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

Percebe-se que a lei estabelece, ainda, que os provedores deverão manter armazenados por um ano os registros de conexão, definidos no artigo 5º, inciso VI, como o “conjunto de

informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à Internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados”¹⁰⁶.

Leonardi faz importante distinção entre quebra de sigilo de dados cadastrais e de conexão e interceptação ou monitoramento de informações transmitidas através da Internet.

Os dados cadastrais e de conexão do usuário não se confundem com o conteúdo das comunicações eletrônicas realizadas por ele. O sigilo dos dados cadastrais e de conexão é protegido pelo direito à privacidade, que não prevalece em face de ato ilícito cometido, pois, do contrário, permitir-se-ia que o infrator permanecesse no anonimato.¹⁰⁷

No entanto, o artigo 22 estabelece que será necessária a intervenção judicial para que os dados do usuário sejam revelados, afastando expressamente a divulgação para o inquérito policial ou a instrução processual, garantindo o contraditório e a ampla defesa, princípios basilares do direito brasileiro.

Art. 22. A parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet.

Parágrafo único. Sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade:

I - fundados indícios da ocorrência do ilícito;

II - justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória; e

III - período ao qual se referem os registros.

O artigo 21 trouxe a ressalva para quando se tratar de casos envolvendo nudez e sexo. Nesses casos, o provedor deverá remover o conteúdo após requerimento extrajudicial da vítima, não havendo necessidade de ingresso judicial para essa finalidade, uma vez que o

¹⁰⁶ BRASIL. Lei n. 12.965 de 23 de abril de 2014. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 12 out 2014.

¹⁰⁷ LEONARDI, Marcel. *Internet e regulação: o bom exemplo do Marco Civil da internet*. Revista do Advogado, número 115, ano XXXII, abril de 2012. Disponível em: <<http://leonardi.adv.br/2012/04/internet-e-regulacao-o-bom-exemplo-do-marco-civil-da-internet/>>. Acesso em: 12 out 2014.

judiciário não conseguiria “propiciar a celeridade exigível para estes casos”¹⁰⁸ e diante da velocidade com que esse tipo de conteúdo se propaga na Rede.

A fim de dar maior celeridade no julgamento de casos que envolvam a violação aos direitos dos usuários na *web*, a competência para processar e julgar processos oriundos da Lei 12.965/14 é dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95).

O principal desafio do Marco Civil da Internet é encontrar medidas que sejam plenamente eficientes e, ao mesmo tempo, estejam de acordo com a regra da proporcionalidade.¹⁰⁹ Nesse contexto, entende-se que a referida legislação – apesar de nova e imperfeita – é uma realidade possível de aplicação e tutela dos bens jurídicos protegidos pelo direito brasileiro.

2.4 Dos crimes contra a honra: considerações gerais, bem jurídico protegido e tipicidade da conduta

Os crimes contra a honra subdividem-se em calúnia (artigo 138), difamação (artigo 139) e injúria (artigo 140) e encontram-se amparados no Capítulo V do Código Penal. Na lição de Mirabete¹¹⁰, são crimes que atentam contra a integridade ou incolumidade moral da pessoa humana. Visto que esse trabalho já se debruçou a cerca do estudo sobre a honra e os seus aspectos, este capítulo apenas lembrará dois conceitos importantes para, então, aprofundar-se nos crimes cometidos contra esse conjunto de atributos morais, intelectuais e físicos referentes a pessoa.

O direito brasileiro define honra em dois aspectos, quais sejam: a honra objetiva e a honra subjetiva. Por honra objetiva, entende-se a reputação que o indivíduo desfruta em seu meio social. Subjetivamente, a honra seria o sentimento de dignidade ou decoro que carrega o próprio indivíduo. A calúnia e a difamação atingem a honra no sentido objetivo, enquanto a

¹⁰⁸ MACHADO, Radamés Comassetto. *Marco Civil da internet: análise dos pontos relevantes da Lei n. 12.965/2014*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30162/marco-civil-da-internet-analise-dos-pontos-relevantes-da-lei-no-12-965-2014>>. Acesso em: 12 out. 2014.

¹⁰⁹ LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 339.

¹¹⁰ MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: parte especial*, arts. 121 a 234 do CP. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007. p. 127.

injúria no sentido subjetivo.¹¹¹ No entendimento de Nucci,¹¹² honra não pode ter um conceito fechado, devendo-se observar o caso concreto.

Passa-se a analisar cada um dos crimes previstos nos artigos 138 e seguintes do Código Penal individualmente, a começar pela calúnia. A calúnia consiste em imputar, falsamente fato criminoso a outrem.

Para Damásio, “a calúnia constitui crime formal, porque a definição legal descreve o comportamento e o resultado visado pelo sujeito, mas não exige sua produção para que exista crime, não é necessário que o sujeito consiga obter o resultado visado, que é o dano a honra objetiva do agente”¹¹³.

Nucci¹¹⁴ apresenta a calúnia como uma espécie de difamação qualificada, uma vez que atinge diretamente a honra objetiva da pessoa. Na opinião do autor, não haveria necessidade do tipo penal específico, bastando que houvesse a qualificadora no tipo penal relativo ao delito de difamação.

O parágrafo 1º do artigo 138 do Código Penal estabelece que incorrerá na mesma pena aquele que sabendo da falsidade da imputação, a propala ou divulga. Propalar consiste em propagar, espalhar, já a divulgação tem um sentido mais amplo, pois, nas palavras de Mirabete, consiste em “relatar por qualquer meio”¹¹⁵.

A difamação é conceituada por Mirabete como a atribuição de fato ofensivo à reputação. Distingue-se da calúnia, pois nesta o fato imputado é definido como crime e a imputação deve ser falsa, o que não ocorre na difamação. O sujeito ativo pode ser qualquer pessoa por se tratar de crime comum; o sujeito passivo serão as pessoas físicas, inclusive os

¹¹¹ PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito penal brasileiro*, v. 2: parte especial, arts. 121 a 249. 9. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 228.

¹¹² NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. 13. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 714.

¹¹³ JESUS, Damásio, *Direito Penal 2º volume parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio*. 28. ed. rev. e atual, São Paulo: Saraiva 2007. p.219.

¹¹⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. 13. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 715.

¹¹⁵ MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal: parte especial, arts. 121 a 234 do CP*. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007. p. 132.

menores, os doentes mentais, os desonrados e aqueles que não “mais detêm estima pública”¹¹⁶.

No tocante às pessoas jurídicas, as opiniões são divergentes acerca da possibilidade de serem sujeitos passivos do crime de difamação. Parte da doutrina entende que a honra é inerente ao ser humano, e que o Código não dispôs a esse respeito. Aos seguidores dessa teoria, dá-se o nome de teoria da ficção. Os que se filiam à teoria organicistas defendem que a pessoa jurídica não se confunde com a reputação de seus membros.

É o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. DIFAMAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. C. PENAL. SÚMULA 83-STJ.

Pela lei em vigor, pessoa jurídica não pode ser sujeito passivo dos crimes contra a honra previstos no C. Penal. A própria difamação, ex vi legis (art. 139 do C. Penal), só permite como sujeito passivo a criatura humana. Inexistindo qualquer norma que permita a extensão da incriminação, nos crimes contra a pessoa (Título I do C. Penal). Não se inclui a pessoa jurídica no pólo passivo e, assim, especificamente, (Cap. IV do Título I) só se protege a honra das pessoas físicas. (Precedentes). Agravo desprovido.¹¹⁷

Por fim, o crime de injúria caracteriza-se pela ofensa a dignidade ou decoro. É importante distinguir os dois conceitos para melhor compreender a aplicação da tipificação penal. Prado diferencia dignidade compreendida como o sentimento que “o próprio indivíduo possui acerca de seu valor social e moral, e no decoro a sua respeitabilidade. Enquanto a dignidade compreenderia os valores morais que compõem a personalidade, o decoro abarcaria as qualidades de ordem física e intelectual, que constroem a autoestima e fundamentam o respeito que o meio social dispensa ao indivíduo”¹¹⁸.

A principal característica da injúria é a manifestação de desprezo e desrespeito capaz de ofender a honra da vítima no seu aspecto subjetivo. Pode fazer referência às características

¹¹⁶ PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito penal brasileiro*, v. 2: parte especial, arts. 121 a 249. 9. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 238.

¹¹⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo regimental no agravo de instrumento n. 672522/PR*. Relator: Min. Félix Fischer. 5ª Turma. Julgado em: 4 de outubro de 2005. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=difama%E7%E3o++e+pessoa+juridica&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=4>> Acesso em: 12 out. 2014.

¹¹⁸ PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito penal brasileiro*, v. 2: parte especial, arts. 121 a 249. 9. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 247.

pessoais da vítima ou à sua qualificação social ou profissional. Na injúria, não há imputação de fato, mas de qualidade.

Nos crimes previstos no Capítulo V do Código Penal, só se procede mediante queixa, ou seja, o titular da ação penal é o ofendido, salvo quando a violência resulte em lesão corporal, que configura a chamada injúria real; nesse caso será ação penal pública incondicionada. Também quando a injúria for cometida contra o Presidente da República, chefe de governo estrangeiro, funcionário público em razão das suas funções, a ação será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça no primeiro caso e à representação da vítima nos demais.

A competência para o julgamento dos crimes previstos no capítulo mencionado é dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), admitindo-se a suspensão condicional do processo em todas as hipóteses, exceto quando se tratar de prática delitiva contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar (artigo 41 da Lei 11.343/06).

3 PROTEÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NOS CRIMES CIBERNÉTICOS

Para análise dos dados a serem discutidos no presente capítulo, serão apresentadas informações obtidas na aplicação das entrevistas semiestruturadas. Nas entrevistas foram ouvidos o juiz da Vara de Violência doméstica do Núcleo Bandeirante, a delegada chefe da Delegacia da Mulher e uma professora vítima de divulgação indevida de fotos íntimas na internet. A ideia é expor as informações e os comentários que tiveram maior recorrência e diálogo com o tema da presente pesquisa. Portanto, os tópicos a seguir tratam-se dos subcapítulos que emergiram da reflexão sobre as falas dos entrevistados e com as doutrinas consultadas. Serão propostos subcapítulos que sinalizam para as dificuldades enfrentadas pela mulher vítima de violência virtual, a atuação dos operadores do direito a fim de buscar a punição ao agressor e os projetos de lei que discutem criminalizar a conduta.

3.1 Violência contra a mulher no contexto virtual

As mídias digitais, que compreendem as redes sociais, os aplicativos, os sítios na internet e afins, vêm sendo utilizadas como instrumento para disseminar atos de violência que se refletem fora do universo virtual. Tornaram-se comuns os casos em que fotos e vídeos íntimos são publicados na rede por parceiros que não aceitam o fim do relacionamento e que procuram atingir a integridade moral e psicológica da mulher¹¹⁹. Quanto a isso, uma entrevistada declara:

então assim, as vezes, no início mesmo das fotos, eu fiquei muito preocupada com o que ele podia fazer. Chegar em casa, encontrar ele na rua, ele comprar uma arma, sabe assim? Porque eu vi que ele não ‘tava’, não se preocupava com o filho. Então a preocupação dele era comigo. Foi na época que ‘tava’ acontecendo os crimes passionais também. Então eu ficava com medo¹²⁰.

Dialogando com a constatação feita pela entrevistada, Virginia Feix descreve as condutas que o agressor empreende sobre a vítima como sendo uma espécie de “boicote do ser; boicote à liberdade de escolha”¹²¹, que nos define como sujeito de direitos, que nos define

¹¹⁹ ROSA, Bruna. *Feminicídio 2.0 – Mídias digitais, tecnologia e violência contra a mulher*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/feminicidio-2-0-midias-digitais-tecnologia-e-violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em: 18 fev 2015.

¹²⁰ SILVA, Soraya. *A violência virtual contra a mulher sobre a perspectiva da vítima*. Entrevista concedida a Kamilla Tharrany Aguiar de Araujo em 08 de dezembro de 2014. Ver apêndice C.

¹²¹ FEIX, Virginia. *Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de. (Coord.) *Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 204.

como seres humanos. O temor vivenciado pela vítima a impede de se relacionar e, consequentemente, de desenvolver sua identidade com autonomia.

Em consonância com essa questão, é importante salientar que a violência psicológica está intimamente relacionada às demais formas de violência contra a mulher e justifica-se no impedimento desta em exercer a liberdade conquistada pelo Homem devido ao seu gênero. O uso da violência objetiva, a afirmação de poder e dominação do homem perante a mulher¹²², especificamente no objeto de estudo desse trabalho, expor a intimidade da mulher tem o condão de ferir-lhe a auto estima, denegri-la, difamá-la e principalmente, mostrar a vítima que esta não tem o domínio do próprio corpo e dos próprios desejos.

Os impactos causados na vida da jornalista Rose Leonel foram irreparáveis. Rose perdeu o emprego, o convívio familiar com o filho mais velho, inúmeros contratos foram cancelados e ainda foi impedida de frequentar certos lugares que outrora eram de convívio habitual em razão do julgamento que sofreu da sociedade após a divulgação das imagens¹²³.

Sob esse aspecto, a exposição na internet ocorre no momento em que a mulher encerra o relacionamento com o então parceiro e, a partir dessa decisão, passa a enfrentar outro desafio: lidar com as inúmeras ameaças que sofre, inclusive ameaça de morte, com a dor e o desapontamento causados pelos julgamentos sobre sua conduta. E, diante desse cenário, algumas não conseguem suportar a exposição, o constrangimento e a humilhação causados pela divulgação indevida de imagens e acabam ceifando as suas próprias vidas. Como o exemplo de uma jovem que teve a morte anunciada em uma página de relacionamento na internet em 2013:

“Envergonhada após o compartilhamento do vídeo, ela se despediu da mãe em uma rede social. ‘Eu te amo, desculpa eu n ser a filha perfeita, mas eu tentei... desculpa desculpa eu te amo muito’, postou a garota. Antes, Julia havia publicado a seguinte mensagem: ‘É daqui a pouco que tudo acaba’. A

¹²² FEIX, Virginia. *Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de. (Corrd.) *Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 205.

¹²³ CASTILHO, Wanderson. *Manual do detetive virtual: casos verídicos e dicas para se proteger*. Disponível em < <http://www.e-netsecurity.com.br/livros/manual/rose/>>. Acesso em: 24 fev 2015.

última mensagem deixada na rede foi: ‘Tô com medo, mas acho que é tchau pra sempre’.”¹²⁴

Inúmeros motivos pesam no momento em que mulheres tomam a decisão de saírem do relacionamento: educação e guarda dos filhos, subsistência própria e dependência emocional. Como alude Bandeira e Thurler, o rompimento da relação por parte da mulher não obedece o “paradigma patriarcal instituidor da autoridade masculina”.¹²⁵

Esse paradigma, para todos os entrevistados nesse trabalho, está intimamente relacionado ao machismo. Perguntados a cerca do perfil de homem que agride sua companheira, o traço característico para todos os entrevistados foi o machismo; impregnado em nossa cultura patriarcal. Acerca do tema, é a constatação feita por um dos entrevistados: “Mas o agressor, ele tá mais, ele tem como perfil comum e característico a cultura do machismo. Então, aquelas pessoas mais vulneráveis a esse tipo de cultura tendem a ser mais agressivas. E tendem a não só ser agressivo, mas também perpetuar uma agressão contra a mulher”.

No sentido da perpetuidade da agressão, a fala do entrevistado acima transcrita revela que a intenção da exposição ultrapassa a ofensa a imagem tendo o condão da perenidade. Nesse sentido, a interatividade proporciona uma espécie de virótico, em que o conteúdo compartilhado toma proporções muitas vezes inimagináveis provocando um julgamento moral em que milhares de pessoas desconhecidas comentam as imagens e promovem um ciclo de violência reiterada às vítimas, que ultrapassa os limites virtuais, atingindo também o cotidiano da mulher. De outro trecho da entrevista, extrai-se:

Depois de muito tempo ele continuava na minha cola, ameaças veladas, sabe?! “vou fazer isso, vou fazer aquilo”. Um ano depois eu ‘tava’ na escola, quando ‘tava’ saindo da escola, estava no caminho já indo pra casa na hora do almoço aí um rapaz me liga. Aí falou assim “oi fulana*” aí eu falei “oi, quem é?” “eu sou fulano, estou ligando a respeito das fotos lá, que você pôs, do site.” Eu: “site? Que site?” aí ele falou “uai, site que estão as fotos suas lá de garota de programa. Você faz programa?” aí eu “eu, programa? Você é louco?” aí ele “olha, isso tá lá, peguei esse numero lá no site”. Aí eu cheguei em casa, já liguei o computador e fui procurando,

¹²⁴ *Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de violação*, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>> Acesso em: 23 fev 2015.

¹²⁵ BANDEIRA, Lourdes; THURLER, Ana Liêsi. *Tentativa de separação e inconformidade masculina*. In: LIMA, Fausto Rodrigues de.; SANTOS, Claudiene (Coord.). *Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. P. 175.

rastreando e achei ‘tava’ lá as fotos, as mesmas fotos que ele tinha usado anteriormente, ‘tava’ lá no site.¹²⁶

Em outro trecho da entrevista, sobre o mesmo aspecto, conclui-se:

Ele colocou meu endereço completo, colocou endereço da minha mãe, colocou meu telefone celular, meu telefone de casa, tudo. Assim, nenhuma preocupação com o Antônio¹²⁷, assim com o filho, né?! A preocupação dele era de me atingir pra me atingir passa por cima de qualquer um inclusive do filho.

Nesse sentido, a fala de Rose Leonel, também vítima de *cybervingança*, dialoga com a constatação da entrevistada acima, veja:

“Ele foi sádico e cruel. Fazia capítulos das fotos e soltava as imagens aos poucos. Eu fui sendo torturada com esse sadismo. Como ele divulgava os meus telefones nos e-mails, homens me ligavam para marcar programas. Perdi o emprego, troquei de telefone várias vezes. O telefone não parava de tocar, era um inferno. Sofri um assassinato moral. Ele gravou CDs e distribuiu em prédios, imprimiu as fotos e entregou no comércio.

Meu filho chegou a falar: 'Mamãe, troca de nome'. ”¹²⁸

Nessa perspectiva, a violência moral é empregada contra a vítima tanto pelo agressor ao divulgar as imagens quanto pelas milhares de pessoas desconhecidas que compartilham a imagem recebida e/ou fazem comentários visando ofendê-la. Virginia Feix afirma que a violência moral é sempre verbal e se configura como umas das espécies de crimes contra a honra dispostos no Código Penal.

Nesse sentido, a juíza do caso Rose afirma:

“o conteúdo dos textos (em que Rose era reportada como prostituta que se expunha para angariar programas e clientes, havendo inclusive veiculação do telefone pessoal dela e nome da empresa onde trabalhava, entre outros) e das imagens (fotos da apresentadora nua ou seminua) inquestionavelmente **destruiu a sua reputação tanto no plano pessoal, profissional como familiar, além de lhe ter ofendido a dignidade e decoro.** ”¹²⁹ (grifo nosso)

Dispõe ainda que as violências moral e psicológica estão fortemente relacionadas. No entanto, a violência psicológica possui efeitos mais amplos, uma vez que a ofensa à imagem

¹²⁶ SILVA, SORAYA. *A violência virtual contra a mulher sobre a perspectiva da vítima*. Entrevista concedida a Kamilla Tharrany Aguiar de Araujo em 08 de dezembro de 2014. Ver apêndice C.

¹²⁸ CASTILHO, Wanderson. *Manual do detetive virtual: casos verídicos e dicas para se proteger*. Brasília, 2015. Disponível em < <http://www.e-netsecurity.com.br/livros/manual/rose/>>. Acesso em: 24 fev 2015.

¹²⁹ CASTILHO, Wanderson. *Manual do detetive virtual: casos verídicos e dicas para se proteger*. Disponível em < <http://www.e-netsecurity.com.br/livros/manual/rose/>>. Acesso em: 24 fev 2015.

da mulher se reflete em seu meio social.¹³⁰ Nesse sentido, destaca-se, na fala de uma das entrevistadas, o impacto da violência psicológica causada por imagens íntimas divulgadas na internet: “as perdas foram irreparáveis. Foi muito complicado trabalhar com isso. Não foi só uma exposição, foi uma agressão. Um assassinato moral, existencial, psicológico, profissional, de identidade”.¹³¹

Os casos que relatados nesse subcapítulo tiveram diferentes desfechos. Rose Leonel, conseguiu que seu agressor fosse condenado à pena de 1 ano, 11 meses e 22 dias de detenção e ao pagamento de multa no valor de R\$ 1.200,00 por mês. O réu recorreu da decisão, que foi reformada no tocante a pena de detenção, tendo sido substituída por prestação de serviços comunitários e pagamento da multa pelo prazo correspondente a detenção. Já a primeira entrevistada, apesar de empreender grandes esforços, não conseguiu que as investigações saíssem do âmbito da delegacia, vejamos:

Aí tudo de novo, fiz a denúncia e tal, né?! Aí ficou, eu já arrumei um advogado, né?! Assim, gastei com esse advogado que não fez coisa nenhuma e aí a gente tem que esperar a delegacia, da delegacia, a polícia chama ele pra averiguar, ele diz que não foi ele, né?! Aí tudo. Diz que não foi, tal. E aí depois vai pro Ministério Público, né?! Foi um ano pra chegar no ministério público. [...] **A polícia não deu a mínima pra investigação, pra eles, era só mais um caso.** Nesses crimes de internet eles investigam só coisa grande. **Eu fiquei frustrada. Acreditei, achei que ia dar em alguma coisa e não tive resultado nenhum.** Eu sei que foi ele, porque só ele tinha as fotos.¹³² (grifo nosso)

Em recente decisão, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios condenou um homem a indenizar a ex-namorada por difamação e por divulgar fotos íntimas da vítima em rede social.¹³³ A juíza, ao proferir a decisão, considerou o dano moral para fixar a indenização devida a vítima como a privação ou lesão de direito da personalidade. Para aferi-lo, desconsiderou-se o mero mal estar ou dissabor, considerando-se a efetiva ofensa a direito da personalidade da vítima. Nesse sentido, destaca-se trecho da referida decisão:

¹³⁰ FEIX, Virginia. *Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de. (Coord.) *Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 210.

¹³¹ O Diário de Maringá. *Entrevista com Rose Leonel*. Disponível em: <<http://digital.odiario.com/cidades/noticia/309685/entrevista-com-rose-leonel/>>. Acesso em: 23 fev 2015.

¹³² SILVA, SORAYA. *A violência virtual contra a mulher sobre a perspectiva da vítima*. Entrevista concedida a Kamilla Tharrany Aguiar de Araujo em 08 de dezembro de 2014 Ver apêndice C.

¹³³ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. *Processo nº 15.205-2/12*. Sentença. Julgado em: 31/03/2015. Requerente: Paula Inaja Sena de Paiva. Requerido: Johnson Santos Rodrigues. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/marco/homem-e-condenado-a-indenizar-namorada-por-difamacao-e-divulgacao-de-fotos-intimas-no-facebook>> Acesso em: 8 mar. 2015.

“Com efeito, apesar de não ser tarefa fácil a conceituação de dano moral, a doutrina tem entendido que ‘é aquele que afeta a paz interior da pessoa lesada; atinge seu sentimento, o decoro, o ego, a honra, enfim tudo aquilo que não tem valor econômico mas causa dor e sofrimento. E, pois, a dor física e/ou psicológica sentida pelo indivíduo’.” (Rizzato Nunes - Comentários ao Código de Defesa ao Consumidor, pág. 69, Ed. Saraiva, 2ª edição - 2005).

A juíza, na decisão supracitada, considerou ainda a presença da dor moral sofrida pela vítima, haja vista que a conduta lesiva do réu causou à autora danos a sua honra, a boa fé e a respeitabilidade, causando transtornos além da normalidade. Desse modo, entendeu presente o dever de indenizar, eis que, de fato a conduta do requerido resultou em sofrimento exacerbado da requerente.

Nesse contexto, faz-se necessário que o Direito e os seus atores velem para os novos padrões de violação dos direitos da personalidade quando essas ofensas levarem a manutenção das desigualdades de gênero. “Ou seja, quando as ofensas forem divulgadas em espaços virtuais, massivamente, e em rede, de forma instantânea e de difícil comprovação e combate, fortalecendo sentimentos ou percepções discriminatórias e reproduzindo padrões de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, que importam em anular a condição de sujeito dessas.”¹³⁴

3.2 Projetos de lei que visam proteger a imagem e intimidade na internet

A falta de regulamentação torna a internet um espaço fértil para a disseminação do ódio, o que teoricamente começaria a ser combatido a partir da entrada em vigor da Lei 12.737/2012, conhecida como “Lei Carolina Dieckmann”, e do Marco Civil da Internet.

A Lei 12.737/2012 alterou o código penal a fim de acrescentar o artigo 154A ao referido diploma para tipificar as condutas relativas à invasão de dispositivos informáticos mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização.¹³⁵

Entretanto, os referidos diplomas legais não regulamentaram de forma eficaz acerca da violação a imagem na internet, ou seja, não criaram mecanismos capazes de punir os

¹³⁴ FEIX, Virginia. Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º. In: Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 210.

¹³⁵ BRASIL. Decreto Lei n. 2.848. *Código Penal*. Brasília, 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 19 fev 2015.

agressores. No entanto, com a criação das normas, espera-se que essas estabeleçam regras que disciplinem as condutas humanas conflituosas. Tais regras têm o dever de impor às condutas determinada sanção a fim de que sejam cumpridas, pois se não houver sanção a norma torna-se ineficaz.¹³⁶

Com o intuito de criar uma sanção ao comportamento hostil de publicação de imagens íntimas na internet por homens inconformados com o fim de relacionamentos amorosos, dois projetos de lei tramitam no Congresso Nacional, são eles: o PL 5.555/2013 e o PL 6.630/2013.

O primeiro, de autoria do Deputado João Arruda visa, “estabelecer a violação da intimidade da mulher como forma de violência doméstica e familiar”¹³⁷. Já o segundo, de autoria do Deputado Romário, visa alterar o Código Penal tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima.

Com relação ao PL 5.555/13, baseando-se na legislação espanhola, o legislador brasileiro tutelou a honra, a imagem e a intimidade da criança e do adolescente ao estabelecer no artigo 240 do Estatuto menorista pena de um a quatro anos para quem “produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornografia.”¹³⁸ No artigo 241 do mesmo diploma legal, prevê a mesma pena para quem “fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”¹³⁹.

Entendemos que a imagem está diretamente relacionada à dignidade da pessoa humana, seja criança ou adulto. E, nessa ótica, deve ser tutelado o direito à imagem e intimidade independentemente da idade, pois ao direito penal não importa o sujeito, mas toda

¹³⁶ SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Aspectos polêmicos sobre a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/site/artigos/_imprime.php?jur_id=9415>. Acesso em: 23 fev 2015.

¹³⁷ BRASIL. PL 5.555 de 2013. *Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576366&ord=1>> Acesso em: 18 fev 2015.

¹³⁸ BRASIL. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 19 fev 2015.

¹³⁹ BRASIL. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 19 fev 2015.

a coletividade. Se tratando de gênero, as mulheres são vítima em maior escala¹⁴⁰ da exposição por parceiros de vídeos ou imagens de conteúdo pornográfico, cabendo ao legislador tutela específica aos indivíduos em situação de hipossuficiência.

Com relação aos números, pesquisa realizada pela ONG *Safernet* revela que as vítimas são garotas na faixa etária de 13 a 15 anos, representando 35,71% dos casos. Logo em seguida, jovens de 18 a 25 anos lideram o *ranking* representando 32,14% dos casos registrados.¹⁴¹

No Distrito Federal, a Delegacia da Mulher atende, em média, 20 casos diariamente. Esse número alarmante foi extraído da entrevista realizada para esse trabalho com a delegada chefe daquela especializada, a qual transcrevemos: “dessas 400 ocorrências, posso receber umas 20 mais ou menos bem específico dessa pornografia virtual”.

Dois entrevistados, operadores do direito e de gênero distintos, dialogam com a ideia de alterar o Código Penal, proposta pelo PL 6.630/13, uma vez que a Lei Maria da Penha não tipifica condutas, tornando-as crime. Nesse sentido, cita-se trecho das entrevistas:

Dentro do Código Penal. Porque a lei Maria da penha não tem como proposta a criação de tipos penais. Ela fez algumas modificações no código penal pontuais, mas ela não é uma lei que criou tipos penais. Então, o ideal é o código penal e quando aquela situação se amoldar a previsão da lei Maria da Penha aí a Maria da Penha incide.¹⁴²

E ainda:

Na Lei Maria da Penha não existe nenhum tipo penal. Você olha lá, não existe. Não ‘ta’ dentro da estrutura Lei Maria da Penha a gente começar a tipificar condutas. Eu acho que tanto homens como mulheres são vítimas desse crime e merecem uma proteção do Estado [...]. Eu acho que seja criar um tipo específico com uma agravante em particular.¹⁴³

Corroborando com o entendimento dos entrevistados a fala de Campos ao explicar que “a Lei 11.340/06 não cria novos tipos penais incriminadores da violência de gênero, mas

¹⁴⁰ TOMAZ, Kleber. *Vítimas de 'nude selfie' e 'sexting' na internet dobram no Brasil, diz ONG*: Em 2013, 101 pessoas procuraram ajuda psicológica, informa Safernet. SP responde pela maioria das consultas desde o início de serviço de ajuda. Disponível em: < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/vitimas-de-nude-selfie-e-sexting-na-internet-dobram-no-brasil-diz-ong.html>>. Acesso em: 23 fev 2015.

¹⁴¹ TOMAZ, Kleber. *Vítimas de 'nude selfie' e 'sexting' na internet dobram no Brasil, diz ONG*: Em 2013, 101 pessoas procuraram ajuda psicológica, informa Safernet. SP responde pela maioria das consultas desde o início de serviço de ajuda. Disponível em: < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/vitimas-de-nude-selfie-e-sexting-na-internet-dobram-no-brasil-diz-ong.html>>. Acesso em: 23 fev 2015.

¹⁴² VIZA, Ben Hur. *A violência virtual na perspectiva do Juiz do Juizado Especial de Violência doméstica*. Entrevista concedida a Kamilla Tharrany Aguiar de Araujo em 11/11/2014. Ver apêndice B.

¹⁴³ SANTIAGO, Ana Cristina. *A violência virtual no âmbito do Distrito Federal*. Entrevista Concedida em 11/12/2014 a Kamilla Tharrany A. Araujo. Ver apêndice D.

exemplifica diversas situações que caracterizam essa violência”¹⁴⁴ e estabelece a condição de violência doméstica como circunstância agravante ou qualificadora das penas nos crimes específicos.

No âmbito do direito internacional, especificamente na Califórnia, Estados Unidos, foi criado um diploma legal que criminaliza a conduta conhecida como “pornografia de revanche” e fornece às vítimas possibilidades de processar o agressor que fez a divulgação sem o seu consentimento.¹⁴⁵

Dessa forma, entendemos que, a partir da sanção da Lei Maria da Penha em 7 de agosto de 2006, a violência contra a mulher, independentemente de se tratar de violência física, moral ou psicológica, passou a ser enfrentada com um novo olhar, tendo sido quebrados paradigmas antigos, passando a ser um problema de toda a coletividade e cabendo ao Estado Brasileiro o seu enfrentamento. Nesse sentido, defendemos a criação de um tipo penal que vise erradicar a violência virtual contra a mulher, protegendo a sua integridade física, moral e psicológica.

Nesse sentido, pesquisa recente publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA sobre a efetividade da Lei Maria da Penha¹⁴⁶ aponta para os ganhos significativos em função da Lei e que, portanto, a perspectiva é que a criação de um dispositivo legal que vise a coibir a violência virtual contra a imagem da mulher pode obter resultados semelhantes.

A criação do dispositivo legal estaria em consonância com o §8º do art. 226 da Constituição e com a Lei 11.340/06, pois estaria apresentando resposta capaz de produzir importantes impactos sociais para o enfrentamento da violência virtual contra a mulher alcançando o objetivo da tutela dos direitos da mulher e, ainda, daria a devida importância a esse tipo de violência que, embora devastadora para a vítima, muitas vezes é minimizado por

¹⁴⁴ CAMPOS, Carmem Hein de. *Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira*. In: CAMPOS, Carmem Hein de. *Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 146.

¹⁴⁵ GORMAN, Steve. ‘California outlaws ‘revenge porn’ in first-of-its-kind legislation’. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/10/02/us-usa-revenge-porn-idUSBRE99113H20131002>> Acesso em: 18 fev 2015.

¹⁴⁶ CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana; MARTINS, Ana Paula Antunes; PINTO, Jony. *Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015.

quem o pratica e também pelas diversas pessoas que compartilham as imagens e os vídeos publicados.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como principal objetivo discutir a pertinência e efetividade da criação de um dispositivo legal específico que vise proteger a imagem da mulher da exposição indevida de imagens e vídeos íntimos na internet. A fim de propor uma reflexão mais aprofundada dos temas relacionados a este objetivo, foram apresentadas as considerações iniciais sobre a proteção que a Constituição de 1988 e o Código Penal brasileiro trazem sobre a imagem, a honra, a privacidade e a intimidade. Foram realizadas análises dos dispositivos legais que tratam do uso da internet no Brasil a fim de obter maior compreensão dos conceitos relativos ao tema.

A análise do material teórico selecionado permitiu perceber que discutir a proteção específica da imagem da mulher na internet significa redimensionar todas as percepções sobre as questões de gênero dentro e fora do espaço virtual. Compreender como tais questões se estabelecem e se traduzem em impedimentos na criação de medidas capazes de coibir que essa forma de violência continue a ser perpetrada foi um dos princípios que orientou esta pesquisa. Tal compreensão requer, ainda, a projeção de um novo olhar sobre a prática da violência virtual contra a mulher, os processos de investigação desse tipo de violência, a punição do agressor e a relação da vítima com a sociedade, uma vez que esta trata aquela como alguém que não tomou o devido cuidado ao deixar-se fotografar, tornando essa mulher um ser marginalizado.

Ao se propor a ouvir vítimas e operadores do direito envolvidos diretamente no trabalho de atendimento à mulher vítima de violência, o estudo pretendeu dar voz aqueles que têm suas vidas fortemente influenciadas pelos modelos patriarcalistas adotados pela sociedade no tratamento à mulher. Dadas as características e a natureza da pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação.

Ao se considerar o histórico das legislações que tratam sobre a mulher, identificam-se os avanços significativos na superação do preconceito baseado no gênero, da segregação, da estigmatização e muitas vezes do descaso para com a mulher e suas especificidades. Vale ressaltar a importância do Movimento Feminista na conquista e no reconhecimento de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres. A Lei Maria da Penha se traduz em um desses significativos mecanismos de proteção à mulher. A Lei trouxe um novo sujeito

ao seu texto, qual seja, a Mulher, excluindo a expressão vítima e reconhecendo a peculiaridade do indivíduo que busca proteger, revelando, assim, o princípio constitucional da igualdade.

Um dos subcapítulos apresentados versa sobre a ineficácia do Estado em dispor de mecanismos eficientes na investigação de atos de violência contra a mulher na internet. Revela, ainda, que apesar das significativas melhorias no tratamento à mulher, vítima de violência que recorre à Delegacia Especializada, esse sistema ainda é deficitário, o que dificulta seriamente a punição dos agressores.

Em outro subcapítulo, realizou-se um estudo acerca dos aspectos jurídicos da internet no Brasil. Partiu-se da concepção de que o Direito não é um fim em si mesmo, analisando-se, além dos dispositivos legais pertinentes ao tema, os conceitos iniciais, a estrutura da internet no Brasil, os avanços na legislação regulamentadora do uso da internet no País e a vulnerabilidade da Rede. Destaca-se, nesse sentido, que os operadores do Direito precisam estar preparados para as novas demandas que surgirão, a partir das inovações tecnológicas.

O último subcapítulo discute a criação de um dispositivo legal específico que vise tutelar a proteção da imagem na internet. A discussão baseia-se em dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, são eles: o PL 5.555/2013 e o PL 6.630/2013. O primeiro estabelece a violação da intimidade como forma de violência doméstica e familiar contra a mulher, devendo ser inserido o tipo penal na Lei Maria da Penha, assim como ocorreu no Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, a partir da bibliografia pesquisada e das entrevistas realizadas, conclui-se que o PL 6.630/2013 seria a solução mais pertinente, uma vez que cria um tipo dentro do Código Penal, abrangendo homens e mulheres.

É necessário destacar que todas as etapas do estudo, desde a reflexão sobre a bibliografia proposta até a escuta dos entrevistados, permitiram perceber que o grande problema no combate à violência contra a mulher, independentemente do ambiente em que a violência ocorra, é o machismo. E isso não se dá apenas com relação aos agressores quando divulgam as imagens íntimas, mas se estende a toda sociedade quando compartilha o conteúdo e condena a vítima, culpabilizando-a por ter se permitido fotografar, por ter confiado em alguém com quem dividia um relacionamento e por ter praticado uma relação sexual.

Esta constatação revela que a sociedade e o Estado estão diante de um grande desafio: combater o machismo, o sexismo e o patriarcalismo arraigados na cultura brasileira. Disso depende o futuro livre e igualitário de toda a sociedade. Ainda mais importante do que criar um dispositivo legal específico para tutelar a imagem da mulher de arbitrariedades por seus parceiros é conscientizar crianças e jovens da inviolabilidade da intimidade e liberdade do outro. É desconstruir do ideário masculino que a mulher é propriedade do homem e que está não pode expressar-se livremente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Cláudio do Prado. *A Lei 9.099/95, a política criminal e a violência doméstica contra a mulher*. In: REALE JUNIOR., Miguel; PASCHOAL, Janaina. (Coords.). *Mulher e direito penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BANDEIRA, Lourdes; THURLER, Ana Liési. *Tentativa de separação e inconformidade masculina*. In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (Coord.). *Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Direitos fundamentais em espécie: Curso de direito constitucional*. 9. ed rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 22 ago 2014.

BRASIL. Decreto n. 678 de 6 de Novembro de 1992. *Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: ago. 2014.

BRASIL. *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 03 jun 2014.

BRASIL. *Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm> Acesso em: ago. 2014.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. *Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V: enunciados aprovados*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. p. 37. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em: 30 out 2014.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. *Apelação Cível n. 2011.04.1.004911-5/DF*. Terceira Turma Cível. Apelante: Alessandra Castro Brasil Batista. Apelado: Bradesco Administradora de Consórcios LTDA. Relator: Des. Waldir Leôncio Lopes Junior. Brasília, 13 de junho de 2013. Disponível em: <<http://juris.tjdft.jus.br/docjur/690691/691940.Doc>> Acesso em: 09 ago 2014.

BRASIL. *Lei n. 12.965 de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: 10 set 2014.

BRASIL. Secretaria de transparência DataSenado. *Violência Doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf> Acesso em: 27 abr. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus n. 185.930- MS*. Relator: Min. Maria Thereza de Assis Moura. Sexta Turma. Julgado em: 14 dez 2010. Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201001752350&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>> Acesso em: 04 out 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Extraordinário no Habeas Corpus n. 154.801- MS*. Relator: Min. Celso Limogini. Julgado em: 11 nov 2011. Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200902306089&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>> Acesso em: 04 out 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n. 110.113 – MS*. Relator(a): Min. Carmem Lúcia, Primeira Turma, julgado em: 20 mar 2012. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC%24%2ESCLA%2E+E+110113%2ENUME%2E%29+OU+%28HC%2EACMS%2E+ADJ2+110113%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/chgrvwk>> Acesso em: 4 out 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. *Processo nº 15.205-2/12*. Sentença. Julgado em: 31/03/2015. Requerente: Paula Inaja Sena de Paiva. Requerido: Johnson Santos Rodrigues. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/marco/homem-e-condenado-a-indenizar-namorada-por-difamacao-e-divulgacao-de-fotos-intimas-no-facebook>> Acesso em: 8 mar. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n. 4.424*. Relator(a): Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em: 09 fev 2012. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI%24%2ESCLA%2E+E+4424%2ENUME%2E%29+OU+%28ADI%2EACMS%2E+ADJ2+4424%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ckpx954>> Acesso em: 4 out 2014.

BRASIL. Comitê gestor da Internet no Brasil. *Resolução CGI.br/RES/003*. Disponível em: <http://www.cgi.br/resolucoes/documento/2009/CGI.br_Resolucao_2009_003.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo regimental no agravo de instrumento n. 672522/PR*. Relator: Min. Félix Fischer. 5ª Turma. 4 de outubro de 2005. Disponível em <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=difama%E7%E3o++e+peessoa+juridica&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=4>> Acesso em: 12 out. 2014.

BRASIL. *PL 5.555 de 2013*. Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576366&ord=1>> Acesso em: 18 fev 2015.

BRASIL. Decreto Lei n. 2.848. *Código Penal*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 19 fev 2015.

BRASIL. *Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 19 fev 2015.

BASTOS, Marcelo Lessa. *Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da penha: alguns comentários*. ADV *Advocacia Dinâmica*, Seleções jurídicas, n. 37, p. 2, dez 2006.

BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha; Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORGES, Paulo César Côrrea. *O principio da igualdade entre homem e mulher no Código Penal*. Tese apresentada no III Congresso do Ministério Público do Estado de São Paulo. In: *Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência*, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMPOS, Carmem Hein de (Coord). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmem Hein de. *Razão e sensibilidade: teoria feminista do Direito e Lei Maria da Penha*. In: CAMPOS, Carmem Hein de. (Coord). *Lei Maria da Penha: Comentada comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmem Hein de. *Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Coord.) *Lei Maria da Penha: Comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CASTILHO, Wanderson. *Manual do detetive virtual: casos verídicos e dicas para se proteger*. Disponível em < <http://www.e-netsecurity.com.br/livros/manual/rose/>>. Acesso em: 24 fev 2015.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CATHREIN, Victor. *Moralphilosophie*. 4 ed. Friburgo, 1904. V. II.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Da inaplicabilidade da lei 9.099/95 – arts. 41 a 46*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana; MARTINS, Ana Paula Antunes; PINTO, Jony. *Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015.

CORRÊA, Gustavo Testa. *Aspectos jurídicos da internet*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. *Crimes digitais*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CRETELLA JUNIOR, José. *Comentários a constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitaria, 1989, v. 1.

DANTAS, Rosalliny Pinheiro. *A honra como objeto de proteção jurídica*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11017&revista_caderno=9>. Acesso em ago 2014.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 5ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 7.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito Civil: teoria geral*. 7. ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FEIX, Virginia. *Das formas de violência contra a mulher - artigo 7º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários a constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Editora Saraiva, v. 1.

FILHO, Demócrito Ramos Reinaldo. *Responsabilidade por publicação na Internet*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo Curso de Direito Civil, Direito de Família - As Famílias em Perspectiva Constitucional* / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho, volume VI. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva: 2009. Volume IV.

GOMES, Camila de Magalhães. *Por que a Lei Maria da Penha só protege mulher?* Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/08/por-que-a-lei-maria-da-penha-so-protege-a-mulher/>> Acesso em: 02 set. 2014.

GORMAN, Steve. 'California outlaws 'revenge porn' in first-of-its-kind legislation'. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/10/02/us-usa-revenge-porn-idUSBRE99113H20131002>> Acesso em: 18 fev 2015.

Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de violação, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>> Acesso em: 23 fev 2015.

JESUS, Damásio, *Direito Penal; 2º volume parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio*. 28. ed. rev. e atual, São Paulo: Saraiva 2007.

LEONARDI, Marcel. *Determinação da Responsabilidade Civil pelos ilícitos na rede: os deveres dos provedores de serviços de internet*. In: Responsabilidade civil pela violação do sigilo e privacidade na internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 411.

LEONARDI, Marcel. *Internet e regulação: o bom exemplo do Marco Civil da internet*. Revista do Advogado, número 115, ano XXXII, abril de 2012. Disponível em: <<http://leonardi.adv.br/2012/04/internet-e-regulacao-o-bom-exemplo-do-marco-civil-da-internet/>>. Acesso em: 12 out 2014.

LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIMA, Arnaldo Siqueira de. *O direito à imagem: proteção jurídica e limites da violação*. Brasília: Universa, 2003.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. *Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MACHADO, Radamés Comassetto. *Marco Civil da internet: análise dos pontos relevantes da Lei n. 12.965/2014*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30162/marco-civil-da-internet-analise-dos-pontos-relevantes-da-lei-no-12-965-2014>>. Acesso em: 12 out. 2014.

MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 144.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de direito constitucional*. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*: parte especial, arts. 121 a 234 do CP. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. 13. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

O Diário de Maringá. *Entrevista com Rose Leonel*. Disponível em: <<http://digital.odiario.com/cidades/noticia/309685/entrevista-com-rose-leonel/>>. Acesso em: 23 fev 2015.

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2013.

PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito penal brasileiro v. 2*: parte especial, arts. 121 a 249. 9. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PENAFIEL, Fernando. *Evolução histórica e pressupostos da responsabilidade civil*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13110>. Acesso em nov 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil, Direito de Família*, volume V. 20 ed. rev. e atual. por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

PIMENTEL, Silvia; PIOVESAN, Flávia. *A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RODRIGUÉZ, Victor Gabriel. *Tutela penal da intimidade: perspectivas da atuação penal na sociedade da informação*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 70.

ROSA, Bruna. *Feminicídio 2.0 – Mídias digitais, tecnologia e violência contra a mulher*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/feminicidio-2-0-midias-digitais-tecnologia-e-violencia-contr-a-mulher/>> Acesso em: 18 fev 2015.

SANTA MARIA, José Serpa de. *Direito à imagem, à vida e à privacidade*. Belém: CEJUP, 1994.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da; SANTOS, Manoel J. Pereira dos. (Coord.) *Responsabilidade civil na internet e demais meios de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Aspectos polêmicos sobre a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*.

Disponível em: < http://www.ibccrim.org.br/site/artigos/_imprime.php?jur_id=9415>. Acesso em: 23 fev 2015.

SANTOS, Antônio Jeová. *Dano moral na internet*. São Paulo: Método, 2001.

SIMONI, Fabiane e CRUZ, Rúbia Abs da. *Da violência doméstica e familiar - artigo 5º*. In: CAMPOS, Carmem Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOUZA, Sérgio Ricardo de. *Comentários à Lei de Combate à Violência Contra a Mulher*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

STRECK, Lenio. *Lei Maria da Penha no contexto do Estado Constitucional: desigualando a desigualdade histórica*. In *Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

TELES, Maria A. De Almeida; MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TOMAZ, Kleber. *Vítimas de 'nude selfie' e 'sexting' na internet dobram no Brasil, diz ONG*: Em 2013, 101 pessoas procuraram ajuda psicológica, informa Safernet. SP responde pela maioria das consultas desde o início de serviço de ajuda. Disponível em: < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/vitimas-de-nude-selfie-e-sexting-na-internet-dobram-no-brasil-diz-ong.html>>. Acesso em: 23 fev 2015.

TORRES, Patrícia Almeida. *Direito a própria imagem*. São Paulo: LTR, 1998.

VIEIRA, Sônia Aguiar do Amaral. *Inviolabilidade da vida privada e intimidade pelos meios eletrônicos*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: responsabilidade civil*. 14. ed. v. 4. São Paulo: Atlas, 2014.

ANEXO A - QUESITOS ENVIADOS PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS.

- Conhecer a perspectiva da vítima sobre a violência virtual;
- Descrever os desdobramentos da violência nos mais variados aspectos (emocional, psicológico, mudanças na rotina da vida da vítima) segundo a narrativa da vítima;
- Apresentar dados sobre a realidade do DF quanto a violência virtual contra a mulher, na perspectiva de quem acompanha o devido processo legal, ouvindo vítimas e agressores;
- Discutir a pertinência de se pensar na criação de uma nova lei para tratar de crimes virtuais contra a mulher.

ANEXO B– ENTREVISTA REALIZADA COM O JUIZ DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, DR. BEN HUR VIZA.

Duração do Áudio: 22:55

Orador A: Kamilla – Entrevistadora

Orador B: Dr. Ben Hur Viza – Entrevistado

Orador A: Existem casos de pornografia de revanche ou violência virtual contra a mulher no DF? E nessa Vara?

Orador B: No DF tem, com certeza. Se você procurar na DEAM, talvez seja mais fácil você encontrar por que tem um numero maior de casos. Nós já tivemos um caso aqui, que eu me recordo, que foi um ex namorado que publicou umas fotos intimas da ex namorada em um site, e salvo engano, ele anunciou a namorada como garota de programa e colocou o telefone dela no site e ela recebeu ligações por conta disso. Teve um caso sim!

Orador A: E como foi a sentença nesse processo?

Orador B: Eu, eu não me recordo qual foi o julgamento. Eu tenho a impressão inclusive, que ela ela e isso aí era um crime contra a honra e eu tenho a impressão que ela não ofereceu a queixa contra ele. Ela quis só fazer um acordo pra ele excluir do site.

Orador A: Atualmente qual o número médio de casos de violência doméstica que chegam à Vara por mês?

Orador B: A DEAM publicou uma estatística, salvo engano, foram 14 mil casos no ano passado. Ai 14 mil dividido pelos 12 meses... isso só a DEAM.

Orador A: E aqui na Vara?

Orador B: Aqui na Vara há uma variação, é é, nós estávamos com uma média de uns cem casos por mês. Agora a gente teve uma queda por conta, eu estabeleço essa associação, depois que a policia civil criou uma central de flagrante que funciona em Recanto das Emas e ficou mais distante pra mulher. E ainda que ela seja levada pela Policia Militar, uma coisa é ela vim na delegacia na cidade dela, outra coisa é ela, sai do Núcleo Bandeirante passa no Riacho fundo I, Riacho Fundo II, pra chegar no Recanto das Emas pra Registrar uma ocorrência, pra ser ouvida. Entende?!

Orador A: Então hoje a mulher não faz mais a denuncia aqui no Nucleo Bandeirante?

Orador B: Faz, salvo quando é flagrante no horário de plantão.

Orador A: O horário de plantão é de 12h às 19h?

Orador B: O horário de plantão é de 19h ao 12h!

Orador A: Existe um perfil de agressor?

Orador B: Eu acho que não foi traçado assim especificamente um perfil. Mas o agressor, ele tá mais, ele tem como perfil comum e característico a cultura do machismo. Então, aquelas

peessoas mais vulneráveis a esse tipo de cultura tendem a ser mais agressivas. E tendem, a a a a a, não só ser agressivo, mas também perpetuar uma agressão contra a mulher. Então, tem, se você me perguntar, 'a violência tem, ela é só na na na, em quem tem o ensino, menor grau de instrução ou maior grau de instrução?' Não! Tem violência no maior grau de instrução e no menor grau de instrução. Porém, A pessoa, quanto mais oportunidade tem na vida, é, mais é a facilidade de se adaptar a uma nova cultura, né?! A uma vida sem violência. A perspectiva é de que a educação ela promova uma mudança de comportamento. Isso não é uma verdade assim, absoluta né?! Porque você tem gente que tem mestrado, por exemplo, e que tá respondendo a processo por Maria da Penha. Né?! Você tem servidores públicos, pessoas que estão estabilizados. Você tem pessoas ricas que estão respondendo processo por Maria da Penha. Assim como você também tem pobre respondendo. Você tem branco, você tem negro, você tem afrodescendente, né?! Você tem índio. A principal característica são pessoas que tem a criação nessa cultura do machismo. Esse é o principal característica que une essas pessoas. Então você vê assim, que ele, a gente encaminha, ao atendimento psicossocial e ao final vem o relatório dizendo que ela tem e e e arraigado valores de gênero que contribui para um episódio de violência.

Orador A: E como funciona o psicossocial?

Orador B: Nós temos assim vários psicossociais atuando na violência doméstica. Então nós temos, por exemplo, SERAVI que é um serviço de atenção a famílias envolvidas em violência, que atende mais as varas criminais. O SERAVI, e ele é um serviço do Tribunal que tem psicólogos e assistentes sociais que atende essas famílias. Na violência doméstica o que que eles fazem, aqui no núcleo bandeirante eles participam do atendimento da equipe multidisciplinar e eles fazem grupos mistos com homens e mulheres de relações distintas então, o homem de um relacionamento com a mulher de outro relacionamento de maneira que os parceiros, companheiros ou ex companheiros, não estejam no mesmo grupo. Então Antônio e Maria são casados, e João e Geralda também são casados e estão envolvidos em caso de violência doméstica. Então, Antônio vai para um grupo, Maria vai para outro, João vai para o grupo de Maria e Antônio para o grupo de Geralda.

Ai esse grupo é formado, tem uma orientação pelos diretores dos grupos que são pessoas com formação em serviço social e psicologia e trabalham essas questões de gênero e fazem a avaliação da situação de risco, procura entender melhor o fenômeno da violência naquele casal, naquele núcleo familiar, propõe encaminhamento, avaliam se tem chance de uma reincidência ou não, mas ou menos assim. Um trabalho preventivo e avaliativo. Ele tenta prevenir novos episódios de violência e ele cria, e ele tenta, tenta levar o casal a reflexão sobre os papéis de gênero no contexto de violência que eles estão vivendo.

Orador A: E a mulher vítima de violência, ela tem um perfil característico?

Orador B: É em comum assim, elas se envolveram com homens que tem o perfil machista. E tem algumas, é, que também tem esse perfil, sabe?! É é é, a gente tem mulher, eu já tive audiência, por exemplo em que a mulher falou assim: 'ele bateu, mas ele bateu no direito dele.' Tem outra que falou assim: 'não, mas ele é meu marido, ele é pai dos meus filhos, não quero acabar com o relacionamento é bom continuar mais um tempo, papapa, 'vou dar uma nova chance'. São situações que a gente tem.

Orador A: Hoje a ação é pública incondicionada, né?!

Orador B: Por crime de lesões corporais e vias de fato, sim. Agora outras ações que são condicionadas a representação e de iniciativa privada, continuam com essas características. Por exemplo a ameaça depende da manifestação de vontade da ofendida se ela não representar, o ministério público não pode oferecer a denuncia e o Estado não pode processar esse homem que em tese ameaçou. Os crimes contra a honra, calúnia, injúria e difamação, se a mulher não ajuizar uma queixa por intermédio de um advogado, esse o Estado também não pode processar. Então esses continuam assim, o que foi diferente foi a lesão corporal e a vias de fato.

Orador A: O Judiciário hoje dispõe de algum aparato técnico, profissionais especialistas em tecnologia que contribuam na investigação da autoria de crimes virtuais contra a mulher?

Orador B: Quem faz essa investigação, o papel da investigação no processo, é da polícia. O judiciário, ele vai assumindo assim, o juiz, vai assumindo um papel cada vez mais imparcial no processo e esse papel de acusação vai ficando com o ministério público, a obrigação de produzir as provas vai ficando com o ministério público, e ele sim é que deve zela pela investigação pra que ele tenha uma investigação satisfatória que justifique o ajuizamento de uma ação penal, que justifica o oferecimento de uma denuncia e que justifique a eventual procedência dessa ação penal dependendo do que ficar provado. Então quem tem o trabalho de investigação assim é a polícia. A DEAM mesmo andou desvendando uns casos muito interessantes sobre isso ai mesmo.

Orador A: O Tribunal de Justiça do DF tem alguma ação que vise contribuir na prevenção de violência domestica?

Orador B: Varias ações! A gente tem uma material escrito, impresso, temos sempre, é é é, aqui no Núcleo Bandeirante, organizamos palestras para a comunidade sobre violência domestica, participamos ativamente assim, em varias faculdades falando sobre o tema violência domestica e estamos com um projeto que é muito interessante chama “Maria da Penha vai a Escola: educar para prevenir” e nesse projeto nós estamos fazendo uma capacitação nas escolas publicas para prevenir a violência contra a mulher. Para trabalhar a questão da igualdade de gênero, ter um olhar assim, diferenciado exatamente já trabalhando com uma prevenção na questão do machismo. Da cultura do machismo.

Orador A: Existem muitos casos de crime contra a honra no juizado de violência domestica?

Orador B: Sim! Muitos! Eles muitas vezes vem acompanhado do crime de ameaça e a agressão física mesmo. É que durante a agressão física o homem xinga a mulher mesmo. Palavrões bem usuais nesse tipo de ofensa.

Orador A: Os Romário e João Arruda tem projetos de Lei que visam criminalizar a conduta conhecida como “pornografia de revanche.” Para o Romário, deve-se alterar o texto do código penal, para João Arruda, deve-se alterar o texto da lei Maria da Penha. Qual das duas propostas te parece mais viável ao contexto da violência contra a mulher no Brasil?

Orador B: Dentro do Código Penal. Porque a lei Maria da penha não tem como proposta a criação de tipos penais. Ela fez algumas modificações no código penal pontuais, mas é é ela não é uma lei que criou tipos penais. Então, o ideal é o código penal e quando aquela situação se amoldar a previsão da lei Maria da Penha ai a Maria da Penha incide.

ANEXO C – ENTREVISTA REALIZADA COM MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA VIRTUAL

Duração do Áudio: 38:00

Legenda	
Orador A	Kamilla – Entrevistadora
Orador B	Soraya – Entrevistada

Orador A: Descreva como ocorreu a situação na qual você se viu vítima de violência virtual ou pornografia de revanche.

Orador B: Foi assim é, ele, a gente, quando a gente namorava a gente tinha fotos assim, sabe? Tirava algumas fotos, tal. E eu gostava de tirar fotos intimas. Então tinha foto minha assim de calcinha, tinha foto tomando banho e ai ele tirou algumas fotos, não era muito não, eram umas quatro, cinco. E essas fotos ficaram, assim, revelou, né?! A gente viu, tal, e guardou. Com as coisas dele. Ficava na casa dele que eu morava com os meus pais. Ai quando a gente separou essas fotos ficaram nas coisas dele ai a gente namorava. Depois o Antônio (filho)* nasceu a gente não foi morar junto, né?! Ai ficou dois anos ainda cada um na sua casa, né?! Depois fomos morar juntos. O Antônio* já tinha dois anos. Ai a gente morou junto dois anos, né?! Ai nesses dois anos não deu mais, separamos. Ai seis meses depois, né?! Seis meses depois eu conheci uma pessoa, né?! A gente começou a sair ai foi que começaram as retaliações. Ai sabe, aquela coisa assim de não aceitar... Porque até então ele ia na minha casa, final de semana, ver o Antônio*, a gente tinha uma relação tranquila. Pra separar ele ficou assim, meio não queria, né?! Depois ele viu que eu não ia voltar atrás e cedeu. Por um lado ele achou, eu vi até um certo alívio. Não tenho mais esse peso nas minhas costas, de filho “nã nã nã”. Que ele não se estabilizava num emprego ai eu fui pra minha casa, e tal, ele foi pra dele, e todo final de semana ele ia la, fazia churrasco, aquela coisa. Tinha aquele transito, falava que tava saindo, que tinha alguém, que não sei o que, ficava me contando... Ai depois que ele soube que eu tava saindo, que eu nem falei, mas na verdade assim, ele desconfiou, porque eu saia a noite, ai um dia ele pegou meu celular né?! Ele foi lá em casa e tal, conversou no final da tarde, e levou o celular junto com as coisas dele. Ai quando ele saiu procurei o celular e não achei. Ai eu liguei, mas, ai eu liguei, foi, no dele, ai ele falou, não o celular veio por acaso, né?! Ai ta, ele pegou todos os telefones de homem, anotou todos, né?! Todos! Ai e mensagem também, ele olhou tudo ficou com ele isso, né?! Mas até então, sem problema. Ai depois quando eu começava a sair ele começou, ai eu falei que tava saindo com uma pessoa né?! Ai ele começou a questionar onde eu tava indo e não sei o que. Ai eu tinha empregada, a empregada ficava com o JV*, ela dormia, ai eu falei, ai pronto. Ele ja começou, sabe?! Queria invadir a minha casa, um dia ele foi a noite lá queria que a menina (empregada) abrisse a porta que era pra pegar minha agenda que ele queria ver o endereço dessas pessoas, onde é que eu tava, não sei o que. Ai foi um caos. A noite todinha acordado indo la e voltando, indo e voltando, ligando, ligando no meu celular, né?! Ai quando eu cheguei, né de madrugada ai ja fui dormir. Ai a menina, eu abri a porta quando acordei ai ela falou “Maria*”, ai olha tá muito complicado de ficar aqui com seu ex marido, porque ele ficou a noite toda perturbando aqui, tocando a campainha a noite toda, eu tive que desligar o disjuntor, porque ele ficava o tempo

todo.” Ai eu peguei, né?! Fui a delegacia, né?! Fiz a ocorrência por perturbação, invadir a minha casa, ai eu falei do fato do celular, ai ele tinha já o celular, ele ligou pra varias pessoas, né?! Vários homens, até que ele achou a pessoa que eu tava saindo, ai falou que não ia ficar assim, fez umas ameaças assim, sabe?! Meio veladas. Aquela coisa assim. Eai assim, já causou um clima ruim de la, um clima de cá. Ai a gente ficou nessa. Numa situação meio complicada e ai tá, fiz a ocorrência, falei pra ele e ele falou “ah, isso não vai ficar assim não”. Entendeu?! Ai ja tinha feito a ocorrência, não vai ficar assim não. Ai ta, depois disso a gente teve, é, ele foi chamado, né?! A policia chama para fazer a acareação ai depois foi parar no fórum no ai fórum teve uma audiência ai na audiência, né? Ficou acertado que ele não poderia ficar tantos metros de distancia, nao poderia causar nenhum, sabe, me perturbar e tal. Ficou tudo certo, ele assumiu que tinha feito aquilo (invadir a casa) e tal. Ai ele foi buscar o JV* na semana seguinte e falou assim “é, você ta pensando que vai ficar assim” - é porque pra ele, ele ficou em desvantagem naquela situação-Ai eu fiquei, tá o que ele pode fazer? A gente não imagina, né?! Ai eu tava dias, eu ja não sei direito, meses, pouco tempo depois. Eu tava la na casa do meu namorado a gente chegou junto ai eu entrei, a gente passou pelo condomínio, na portaria ai era final de ano ai ele pegou as fotos, a a correspondência, ai tinha uma carta, assim, um envelope ai ele falou assim: “uai cê mandou algum cartão para mim?” ai eu falei não, ele “ah porque tem uma coisa aqui com letra feminina”. Ai quando ele abriu tinha as minhas fotos escaniadas. Todas mudadas, né?! Porque o fundo era sempre o apartamento dele, então ele pegou, mudou colocou tipo assim um iate, uma praia, vários lugares assim. Ai era aniversario, era aniversario dele (atual namorado) dia 22 de dezembro isso foi tipo dia 18, 19, quase 20. Ai ele falou assim “feliz aniversario, de presente para você” entendeu?! quando ele abriu e ele viu as fotos, ele ficou escandalizado. Porque assim, tem gente que vê isso de forma, de diferentes formas. Pela formação, pelo caráter, né?! E tem gente que leva na brincadeira, outros não, outros ficam sem assim, né?! Ele ficou assim atordoado, queria ir la, queria bater nele, sabe?! Ai a gente vai pra delegacia de novo a segunda vez a fez a ocorrência e tal falei que era ele, mas eu tinha prova ai fica assim aquela coisa, né?! Ele disse que não foi ele, ai até o o a ele falou assim, como é que foi, teve um momento que ele falou assim, quando eu encontrei com ele depois, ai eu ah, então era isso que você ia fazer, né? Era mandar as fotos, né? Ele falou...

Orador B:” aquelas fotos que eu nem sabia da existência delas.”

Ex companheiro: “é, mas elas sempre estiveram comigo e eu usei na melhor hora”

Isso ele falou pra mim, né?! Ai eu falei é mas você vai ver, a policia vai descobrir. Ai ele falou “ah vai? Não tem nenhum vestígio você acha que eu vou fazer e vou deixar rastro?” entendeu? Ai assim, o que veio depois que ele trabalhava la na escola que a cunhada dele é dona eu conversei com ela e ela falou falou assim... é só que quando eu peguei meu namorado rasgou. A gente olhou tudo e rasgou, sabe?! não na hora, depois rasgou. Ai tinha no envelope a letra da pessoa que escreveu ai a minha cunhada falou “olha Maria*, se tivesse o envelope eu ia descobrir la na escola quem foi que escreveu. porque foi alguém. Ele falou la na escola. ‘Quem escreveu foi uma pessoa do meu trabalho’ (dito pelo agressor para a ofendida).” Ai ela falou “pela letra eu ia descobrir quem foi que escreveu”. mas eu não sei até que ponto a irmã dele ia lá testemunhar contra ele porque isso ja ia criar um clima na família. Pelo menos pra ter certeza porque ele afirmou pra todo mundo, pra família, que não foi ele, mas as fotos estavam lá eram fotos que a gente tinha tirado junto, tava dentro de livros dele, entendeu?! Depois de muito tempo ele continuava na minha cola, ameaças veladas, sabe?! “vou fazer isso, vou fazer aquilo”. Um ano depois ele, eu tava na escola, foi, eu tava na escola, quando tava saindo da escola, estava no caminho já indo pra casa na hora do almoço ai um rapaz me liga. Ai falou assim “oi Maria*” ai eu falei “oi, quem é?” “eu sou fulano, estou ligando a respeito das fotos la, que você pôs, do site.” Eu: “site? Que site?” ai ele falou “uai, site que estão as fotos suas lá de garota de programa. Você faz programa?” ai eu “eu, programa? Você

é louco?” ai ele “olha, isso tá lá, peguei esse numero lá no site, no Orkut”. Ai eu cheguei em casa, ja liguei o computador e fui procurando, rastreando e achei tava lá as fotos, as mesmas fotos que ele tinha usado anteriormente, tava lá no site. Ai ele criou uma pagina assim, sabe? colocou as fotos, colocou é é professora, “professora safadinha” sabe? “gosta de homens, mulheres, eu não sei o que” ele fez assim, um anuncio, sabe?! de tudo que eu gostava que não sei o que. Gostava de homens, de mulheres era fogosa, que gostava disso, gostava de fazia mil e uma coisas, entendeu? E assim, que eu estava disponível, que era só me procurar, colocou meu endereço completo, colocou endereço da minha mãe, colocou meu telefone celular, meu telefone de casa, tudo. Assim, nenhuma preocupação com o JV* assim, com o filho, né?! A preocupação dele era de me atingir pra me atingir passa por cima de qualquer um inclusive do filho. Ai colocou essas fotos lá, menina era só gente postando e não sei o que, fazendo comentários, sabe?! e ‘caramu’ falando “ai que bom quero te encontrar, vamos marcar alguma coisa.” ai tinha uma serie de comentários ai eu fiquei desnorteada, nao sabia nem o que fazer. Ai eu falei “vou a delegacia? O que que eu faco?” ai eu peguei liguei pra um amigo meu que é da policia civil ai ele entrou no site e falou “a primeira coisa que a gente tem que fazer é denunciar né?! Pro próprio site” ai a gente fez isso ficamos lá mexendo, denunciou ai depois quando foi a noite saiu o negocio ficou um dia assim, um dia e meio, mais ou menos. A noite saiu. Eu, acho que ele tinha, ai não apareceu mais, mas nesse tempo ai. Mas assim lá eu fiquei, porque eu acho que o objetivo dele era que os alunos tivessem acesso, era denegrir a minha imagem. Mas o Orkut não era tão como o facebook é hoje, né?! Muito mais aberto. Então assim, quem teve acesso a isso foram poucos. Pessoas desse meio mesmo de pornografia, de site de programa, essas coisas, pessoas que eu não conhecia. Ai ele parou nisso. Ai a gente foi pra delegacia, reuniu tudo, lá pra aquela delegacia lá na, no, aquela que tem perto do, ali perto do parque, né?! Não! A delegacia da mulher lá na asa norte. Ai tudo de novo, fez a denuncia e tal, né?! Ai ficou, eu ja arrumei um advogado, né?! Assim, gastei com esse advogado que não fez coisa nenhuma e ai a gente tem que esperar pra delegacia, da delegacia, a policia chama ele pra averiguar, ele diz que nao foi ele né?! Ai tudo. Diz que não foi, tal. E ai depois vai pro Ministerio Publico, né?! Foi um ano pra chegar no ministério publico. Um ano. Então, o que acontece assim, é pelo que eu percebi, hoje eu não sei porque agora é crime antigamente não era, né?! Tem policia ja especializada em crimes de internet, antes não tinha entendeu? Então assim, eles foram atrás da GVT pra tentar localizar qual foi o computador, ai pede os dados pra GVT, a GVT não manda e aquela coisa burocrática, burocrática assim, que não localizou PC nenhum. No fim não localizou nada. Entendeu? De tudo, a única coisa que teve provas e tivemos como continuar foi a primeira denuncia, essa dai ficou quando a gente foi chamado, ele falou que não tinha sido ele e tal.

A policia não deu a mínima pra investigação, pra eles, era só mais um caso. Nesses crimes de internet eles investigam só coisa grande. Eu fiquei frustrada. Acreditei, achei que ia dar em alguma coisa e não tive resultado nenhum. Eu sei que foi ele, porque só ele tinha as fotos.

Orador A: Como você descobriu o que havia acontecido?

Orador B: O agressor enviou fotos para o namorado da vitima e postou em uma página do Orkut anunciando-a como garota de programa.

Orador A: Nesses casos normalmente o agressor não se revela. Como você descobriu quem era o responsável pelas agressões?

Orador B: Ele era a única pessoa que detinha a posse das imagens.

Orador A: Como você lidou com a situação? Buscou ajuda do Estado? Quais foram as implicações.

Orador B: Dirigiu-se a delegacia todas as vezes que se sentiu ameaçada ou agredida.

Orador A: Nesse percurso em que buscou a ajuda do Estado você se sentiu atendida a contento? Sentiu que o Estado está preparado para lidar com este tipo de violência?

Orador B: Não. Sentiu que o estado, a época, não estava preparado para lidar com a violência sofrida.

Orador A: Quais sanções o agressor recebeu pelo ocorrido?

Orador B: Nenhuma pois a denuncia não gerou efeitos penais por insuficiência de provas.

Orador A: Quais foram os desdobramentos para a sua vida?

Orador B: Mais emocional, né?! Você ta com uma pessoa, né?! Ai assim, emocional de uma forma assim, te amedronta um pouco, porque você as vezes fica com medo, assim cê não conhece a mente humana, né?! A pessoa ja foi capaz de fazer uma coisa, depois foi capaz de fazer outra. Ai tanto que as pessoas, as minhas colegas, né?! Falavam: “não, você tem que sair de Brasília, sabe?! isso é perigoso demais ele pode te pegar ai na entrada. Quando você estiver saindo de casa, quando tiver chegando, contratar alguém...” então assim, as vezes, no inicio mesmo, das fotos, eu fiquei muito preocupada com o que ele podia fazer. chegar em casa, encontrar ele na rua, ele Comprar um arma, sabe assim? Porque eu vi que ele não dava, não se preocupava com o filho. Então a preocupação dele era comigo. Foi na época que tava acontecendo os crimes passionais também. Então eu ficava com medo.

**ANEXO D – ENTREVISTA REALIZADA COM A DELEGADA CHEFE DA
DELEGACIA DE ATENTIMENTO A MULHER – DEAM, DRA. ANA CRISTINA
SANTIAGO.**

Legenda	
Orador A	Kamilla – Entrevistadora
Orador B	Dra Ana Cristina Santiago – Entrevistada

Orador A: Atualmente qual o número médio de casos de violência doméstica que chegam à DEAM por mês?

Orador B: Você pode colocar aí em média umas quinze ocorrências por dia, quinze vezes trinta, uma, pode botar umas 400 ocorrências por dia. Registros de ocorrência.

Orador A: Qual o tipo de ocorrência mais recorrente- lesão corporal, ameaça, injúria, difamação?

Orador B: Nós temos, é a gente fala que tem uma espécie de um combo que é injúria, ameaça e lesão corporal. Agora tem muita injúria, ameaça eu botaria elas em primeiro e a violência física a gente tem também a vias de fato. Acho que a lesão corporal e a vias de fato estão ali juntas

Orador A: Tem também casos de ameaça e injúria separadas do “combo”?

Orador B: Não tem sozinha, sim. Tem, tem já na injúria hoje as mulheres buscam muito a delegacia, né?! A gente já na injúria elas procuram.

Orador A: Existe um percentual aproximado de casos de pornografia de revanche ou violência virtual contra a mulher?

Orador B: Eu teria que ver com o chefe da seção o número aproximado, mas é bem comum. Acontece com uma certa frequência sim, a gente tem todo um cuidado para lidar com isso, né?! Por exemplo, não imprime aquelas imagens, bota em CD, bota em anexo na contracapa, né?! Que a gente sabe da exposição. Mas eu não sei. Eu colocaria dessas 400 ocorrências, posso receber umas 20 mais ou menos bem específico dessa pornografia virtual.

Orador A: Considerando os casos que já passaram por esta Delegacia, é possível falar de um “perfil” do agressor?

Orador B: Não, não existe um perfil de agressor. Existe alguns aspectos que a gente observa. O primeiro deles é que são homens assim com culturas assim mentais, morais muito rígidas, né?! A forma de ver a mulher, se relacionar com a mulher, né?! Você observa que é comum em todos eles, né?! O homem que ele, ele encara a mulher de uma forma mais respeitosa, ele entende, ele, ele, é muito difícil ele se envolver numa situação onde ele seja o agressor. Agora eu acho que esse seria o traço mais característico de um agressor.

Orador A: Você relaciona esse comportamento com o machismo?

Orador B: A sem duvidas. Isso está intimamente ligado ao machismo. Assim, o homem que tem esses conceitos assim, machistas mais introjetados, mais usados e tal, é o homem que agride mais.

Orador A: E quanto às vítimas, há um traço que as define? É possível também falar do perfil da mulher que é alvo de violência por parte de seu parceiro, companheiro, namorado, amante, etc?

Orador B: Não, não existe. Nós temos mulher de todas as formas, mas eu acho que esses mesmos valores que o homem carrega a mulher também carrega. Então, uma mulher que ela não consegue é, é, se desvincular desses padrões, ela de certa forma até naturaliza essa relação. Muitas vezes ela só observa que aquela violência passou dos limites quando acontece a violência física, né?! Que ela é machucada. Ai ela fala 'não, pera ai, isso aqui não pode, né?!'. Mas não por que ela é mulher, mas por que de repente ela pensa assim 'ah, ninguém pode bater em ninguém'. Né?! Como é que eu vou ser agredida?!. Então não é só o homem que é machista, a mulher também tem uma mente machista.

Orador A: Qual aparato técnico que a policia civil disponibiliza para a investigação de crimes virtuais?

Orador B: É na verdade assim, é, via de regra esse crime já tem a autoria reconhecida, né?! O homem não faz nem muita questão de se esconder em relação a isso, mas a gente tem uma seção de informática aqui, onde é, os servidores eles lá tão bem preparados. Então a gente tem todos os nossos servidores de plantão eles já são habilitados no sentido assim, são orientados a colher os elementos essenciais de prova ali. Porque o que acontece com os crimes virtuais, são crimes que se a gente não captar ali na hora o que a gente precisa, eles podem apagar, tirar da pagina, enfim fica difícil, né?!.

Então eles são habilitados a pegar a ID dessa postagem, pegar todas essas informações do email, né?! E ai, a partir daí é feito uma investigação preliminar por essa seção que nos da informações, por exemplo, é essa ID é de tal site, você precisa representar Facebook pra pedir a quebra, a ID é essa. Ai entra a parte do delegado mesmo de fazer as representações judiciais e a partir daí a gente tem uma senha de acesso ao Facebook com eles. Quando vem a ordem judicial imediatamente o servidor cadastra e já manda informações, por exemplo: facebook. As demais, não Gmail, Hotmail a gente tem que oficiar com a decisão e pedir as informações que a gente quer, que a gente precisa, mas via de regra, é isso. É feita essa investigação preliminar para identificar os dados que possibilitam através de uma quebra judicial, né?! Você obter informações a respeito do de quem enviou, do usuário, do IP do computador que foi enviado uma mensagem, por exemplo.

Orador A: Existem dois projetos de lei tramitando no Congresso que visa criminalizar a pornografia de revanche. Em um deles, a tipificação só alcançaria mulheres, alterando a Lei Maria da Penha, o outro, alteraria o Código penal, alcançando a todos. Qual lhe parece mais viável?

Orador B: Assim, eu, na Lei Maria da Penha não existe nenhum tipo penal. Você olha lá, não existe. Não tá dentro da estrutura Lei Maria da Penha a gente começar a tipificar condutas. Eu acho que tanto homens como mulheres são vítimas desse crime e merecem uma proteção do Estado. Talvez, eu acredito, que se você entender a gênese do problema quando uma mulher sofre esse tipo de situação, porque que ela tá sofrendo, talvez se criar um tipo onde haja uma agravante. Igual existe hoje a lesão corporal, né?! O paragrafo nono nesse contexto da

violência doméstica. Eu acho isso importante, porque é, eu acredito assim, é, qualquer situação é muito grave, mas uma situação que é praticada num contexto familiar, doméstico, afetivo, ela é muito mais grave. Porque o que que acontece ali é o espaço que deveria ser pra você um espaço de proteção, de acolhimento, de intimidade e aí acontece uma situação dessa. Tem que ser tratada de uma forma, com um olhar, né?! Vamos olhar com uma lupa pra essa situação. Eu acho que seja criar um tipo específico com uma agravante em particular.